

| FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO

POBREZA e EDUCAÇÃO

**DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM EM
ALUNOS DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DA PERIFERIA
DO MUNICÍPIO DE
TIANGUÁ-CEARÁ**



| FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO

POBREZA e EDUCAÇÃO

**DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM EM
ALUNOS DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DA PERIFERIA
DO MUNICÍPIO DE
TIANGUÁ-CEARÁ**



© 2024 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Autor

Fábio José de Araújo

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: O autor

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723p	Araújo, Fábio José de Pobreza e Educação: Dificuldades de aprendizagem em alunos de uma Escola Pública da periferia do Município de Tianguá-Ceará / Fábio José de Araújo. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2024. 67 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-6009-055-2 DOI: 10.5281/zenodo.10616634
	1. Pobreza e Educação. 2. Dificuldades de aprendizagem. 3. Escola e Sociedade. I. Araújo, Fábio José de. II. Título.
	CDD: 371.7 CDU: 37

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2024/02/pobreza-e-educacao-dificuldades-de.html>



**POBREZA E EDUCAÇÃO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM
ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DO MUNICÍPIO
DE TIANGUÁ-CEARÁ**

FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO

**POBREZA E EDUCAÇÃO: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM
ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DO MUNICÍPIO
DE TIANGUÁ-CEARÁ**

FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO

Obra baseada no

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva

A Deus.

Aos meus pais, José Vieira e Tereza Bento, mesmo sem instrução souberam proporcionar-me momentos inesquecíveis durante a minha jornada estudantil.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Me. Emanuel Freitas da Silva, pela excelente orientação.

Ao tutor do curso, professor Ederclinger Melo Reis, pela excelente colaboração e orientação no decorrer do curso e pelas sugestões que foram de grande valia.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. José Cleyton Vasconcelos Monte e a Prof. Dra. Marcia Paula Chaves Vieira, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores entrevistados da rede municipal de Ibiapina, Ceará, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Aos colegas da turma especialização, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“Se se pode promover uma sociedade com cem ou mil pessoas exercendo o papel ditatorial, por que educar dez milhões ou cem milhões, para exercer a democracia? Se o “desengrossamento” do povo, até a limpidez é tão dispendioso e “incerto”, por que não admitirmos a meia-educação? (Durmeval Trigueiro Mendes, 1983)”

RESUMO

Este trabalho aborda as concepções e as reflexões adquiridas durante o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ministrado pela Universidade Federal do Ceará, que, ao longo de 18 meses, teve como foco o debate sobre a pobreza e as suas facetas, analisando a relação desta com o exercício da cidadania, educação e currículo. Seu objetivo principal é identificar os fatores externos e internos que interferem na aprendizagem de crianças e adolescentes pobres em uma escola da periferia do município de Tianguá-CE através de um plano de ação voltado à realidade local visando melhorar os indicadores educacionais da escola através de acompanhamento pedagógico especializado aos alunos que por consequência apresentem déficit de aprendizagem, principalmente nas disciplinas de português e matemática. Devido a sua importância social, a Educação é peça fundamental para o desenvolvimento econômico e social do indivíduo, entretanto, é fato que no Brasil, as desigualdades educacionais são os principais correlatos das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida. Pobreza e desigualdade caminham de “mãos dadas”, mesmo apresentando natureza distinta entre elas. A pobreza tem como seu determinante a desigualdade, que, na sociedade brasileira se intensifica devido a sua estabilidade nas camadas mais pobres da população e surge de várias formas, como étnica, cultural, regional, sexual, religiosa. Nos últimos anos, houve uma leve redução na condição de pobreza e desigualdade, onde a universalização do ensino contribuiu para tal feito, apesar disso, observou-se o contrário quando se olha para os indicadores educacionais, as crianças brasileiras ainda apresentam um rendimento escolar insatisfatório e que, apesar dos esforços, o ensino público continua na penúria, o que reflete nas altas taxas de pobreza, que ainda persistem no país. Alia-se a isto, o currículo escolar, que não oferece condições de igualdade entre todos os estudantes brasileiros, é considerado ultrapassado e precisa urgentemente de uma mudança que contemple a formação irrestrita de crianças pobres, assegurando-lhes os direitos básicos e necessários para a sua sobrevivência.

Palavras-chaves: Ensino Público. Aprendizagem. Indicadores Educacionais. Currículo.

ABSTRACT

This work deals with the conceptions and reflections acquired during the Specialization Course on Education, Poverty and Social Inequality, taught by the Federal University of Ceará, which focused on the debate on poverty and its facets over 18 months, analyzing the relation of this with the exercise of citizenship, education and curriculum. Its main objective is to identify the external and internal factors that interfere in the learning of poor children and adolescents in a school in the outskirts of the municipality of Tianguá-CE through a plan of action directed to the local reality aiming to improve the educational indicators of the school through monitoring pedagogical training to students who consequently present a learning deficit, especially in the Portuguese and mathematics subjects. Due to its social importance, Education is a fundamental element for the economic and social development of the individual, however, it is a fact that in Brazil, educational inequalities are the main correlates of income inequalities, opportunities and living conditions. Poverty and inequality go hand in hand, even though they have a distinct nature. Poverty has as its determinant inequality, which in Brazilian society is intensified due to its stability in the poorest strata of the population and arises in various forms, such as ethnic, cultural, regional, sexual, religious. In recent years, there has been a slight reduction in the condition of poverty and inequality, where universal education has contributed to this achievement, despite the fact that the opposite was observed when looking at educational indicators, Brazilian children still have an unsatisfactory school performance and that, despite efforts, public education continues in poverty, which reflects the high poverty rates that still persist in the country. In addition, the school curriculum, which does not offer a level playing field among all Brazilian students, is considered to be outdated and urgently needs a change that contemplates the unrestricted formation of poor children, assuring them the basic and necessary rights for their survival.

Keywords: Public Education. Learning. Educational Indicators. Curriculum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Círculo vicioso e exclusão	35
Figura 02	Incorporação dos conhecimentos produzidos pela pobreza ao currículo	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
EaD	Educação a Distância
ET	Extraterrestre
EPDS	Educação, Pobreza e Desigualdade Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Instituto de Cultura e Arte
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetos de Desenvolvimentos Sustentáveis
ONU	Organizações das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Programa Nacional de Amostra de Domicílios
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
TAM	Táxi Aéreo Marília
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	MEMORIAL	18
2.1	Relato de Experiência até a pesquisa	18
3	REFERENCIAL E CONCEITUAL TEÓRICO	29
3.1	Cidadania e Democracia: uma intrínseca relação com a pobreza	30
3.2	Educação em Direitos Humanos	35
3.3	A Escola como Ferramenta de Reprodução das Desigualdades	42
3.4	Currículo e Pobreza: uma relação ambígua	49
4	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE: A IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXTERNOS E INTERNOS, QUE AFETAM A APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DE TIANGUÁ-CE	54
4.1	Contextualização	55
4.2	Justificativa	56
4.3	Objetivos	57
4.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	57
4.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	57
4.4	Atividades	57
4.5	Metodologia	58
4.6	Resultados esperados	59
4.7	Avaliação	59
4.8	Cronograma	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	63
	O autor	67

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, em função de seu histórico de colonização, o processo para o desenvolvimento foi tardio e há uma dependência econômica do capitalismo internacional, além dos problemas internos antigos e recentes, como a corrupção sistêmica e institucionalizada em todas as esferas do governo e da sociedade, possui muitas pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, fazendo com que essa apresente elevados patamares, caracterizando o país como emergente e subdesenvolvido.

No país, dado o contexto histórico-cultural, a desigualdade tem sido um cartão de visita para o mundo, tornando-o um dos países mais desiguais, como o 10º lugar, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). O índice Gini (2017), que mede a desigualdade de renda divulgado em 2017, aponta o país com 0,515 na escala (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). Tal fato demonstra que todas as políticas sociais implantadas, nos últimos anos, não foram suficientes para diminuir esse abismo que separa os ricos dos mais pobres.

A pobreza e a desigualdade não são exclusivas do território brasileiro, atualmente, milhões de pessoas vivem à mercê de sua própria sorte em condições subumanas, onde são negados direitos básicos de sobrevivência, como alimentação e saúde. A pobreza existe em todos os países, sejam eles pobres ou ricos. Já a desigualdade está presente em quase todo o planeta, não importando aspectos como a cultura, a etnia, a crença, o sexo. É um mal que corrói a dignidade humana, ferindo, de forma cruel, a cidadania, ela concentra-se principalmente em países subdesenvolvidos onde boa parte da população vive com o mínimo possível para garantir a própria sobrevivência, principalmente, a orgânica.

Entender a pobreza é algo complexo, é preciso, sobretudo, compreender que a pobreza caminha de “mãos dadas” com as desigualdades, seja ela de oportunidade, escolaridade, renda, gênero etc., sendo a econômica a mais conhecida, pois ela está atrelada na capacidade de um indivíduo ser possuidor de posses e bens materiais e que resultam em poder de compra por meio do mercantilismo, o acesso aos bens indispensáveis para a sua sobrevivência. Os que não possuem tal capacidade, inevitavelmente, são privados de seus direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia e trabalho, sendo, portanto, oprimidos pela elite dominante e detentora dos meios de produção, desta forma, se tornam sujeitos dependentes do Estado, através

de políticas assistencialistas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) do governo brasileiro.

O fracasso em lidar com a desigualdade vai atrasar a luta contra a pobreza em décadas. Os pobres são atingidos duas vezes com a desigualdade crescente: eles recebem uma fatia menor do bolo econômico e, porque a extrema desigualdade prejudica o crescimento, há um bolo menor para ser compartilhado (Byanyima, 2015)

Como uma contribuição ao entendimento desta realidade, este trabalho procura descrever a intrínseca relação entre educação, pobreza e desigualdade social que foi construída ao longo do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Trata-se de um manuscrito que retrata a realidade da pobreza desde o seu reconhecimento até a sua aceitação.

Este trabalho está dividido em três capítulos: sendo o primeiro destinado ao memorial, que traz um breve relato de minha experiência de vida até o ingresso no EPDS, abordando minhas expectativas, desafios e dificuldades relacionadas à pobreza, que me acompanhou durante minha vida estudantil e parte da acadêmica, um período que, apesar das dificuldades, foi nostálgico e, ao mesmo tempo, enriquecedor.

O segundo capítulo vem estruturado em quatro subcapítulos e traz, em sua essência, um referencial teórico que aborda os conceitos ministrados pelo curso, através de uma análise dos quatro módulos da matriz curricular. No primeiro, será abordada a intrínseca relação entre pobreza, democracia e cidadania, buscando fazer uma análise e uma reflexão de como a primeira pode influenciar e interferir nos dois conceitos subsequentes. Outro ponto abordado, no subcapítulo seguinte, é uma consequência direta de como a pobreza pode interferir sobre a democracia e a conquista da cidadania por parte dos coletivos empobrecidos, através dele é possível compreender como a violação aos direitos humanos contribui para a perpetuação do ciclo vicioso desta mazela, sendo possível compreender o papel da educação através de uma abordagem que contempla as concepções sobre educação em direitos humanos. Para finalizar o capítulo e para que possamos compreender o papel da educação na erradicação da pobreza, é preciso compreender sob vários pontos de vista, a visão que os pobres têm da escola, uma ferramenta de reprodução das desigualdades, e relacionar com os conceitos de pobreza o currículo e a maneira

como este último se encontra estruturado de forma a permitir que a pobreza continue sendo reproduzida e aceita pela sociedade.

O quarto capítulo destina-se a uma proposta de intervenção, que visa em seu contexto, diagnosticar as causas relacionadas ao baixo rendimento escolar, principalmente nas disciplinas de português e matemática de estudantes do 5º ano do fundamental de uma escola pública localizada na periferia do município de Tianguá-Ceará e oferecer subsídios através de um acompanhamento pedagógico especializado e um conjunto de ações e atividades socioculturais visando melhorar os indicadores educacionais da escola.

Este trabalho tem por objetivo principal contribuir para uma formação crítica e cidadã das crianças da comunidade escolar a qual se destina o plano de ação, permitindo que essas crianças tenham acesso ao conhecimento de forma sistematizada, baseado em um currículo que contemple a diversidade local e o respeito ao próximo, de forma que possa sanar ou atenuar as barreiras externas e internas relacionadas ao baixo rendimento escolar dessa parcela da população que vivem em vulnerabilidade social, justificando assim, a escolha da temática aplicada a este trabalho.

Portanto, este trabalho apresenta reflexões adquiridas através de dias de estudos que possibilitaram aprofundar o mecanismo sobre o qual a escola e o currículo se relacionam com os estudantes pobres, suas famílias e comunidades e de que maneira e como os conhecimentos produzidos por eles são ou não usados na escola como ferramenta de combate às desigualdades existentes. Assim, as formas de pensar a respeito da pobreza como questão moral não são apenas da sociedade, da mídia e dos programas sociais, mas são também das escolas e da cultura pedagógica, que é demasiadamente moralizante, implantada, ao longo de décadas, na cultura escolar brasileira.

2 MEMORIAL

O presente memorial é parte integrante das atividades propostas referentes ao Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, tendo a função de informar a todos que o lerem, um pouco sobre a minha formação e experiência de vida. Ele mostrará claramente a minha visão acerca das dificuldades e superações apresentadas no decorrer do curso e distribuído em cinco módulos de estudo que compõem a matriz curricular. Salienta-se que, a partir das reflexões estabelecidas e das atividades efetuadas, este relato destacará minhas abordagens sobre as experiências vivenciadas no decorrer do processo formativo, com destaque para os desafios, as dificuldades, os avanços, os momentos difíceis e as reflexões que nortearam o pensamento no percurso desta empreitada.

2.1 Relato de experiência até a pesquisa

Nasci em Tianguá, Ceará, filho de um casal de agricultores, que devido às dificuldades financeiras e sociais de sua época tiveram pouco contato com a escola, sabem somente ler e assinar o nome com dificuldades. Primogênito de três filhos, desde cedo convivi com as dificuldades que a vida impõe aos mais pobres como alimentação irregular, saúde frágil, falta de lazer etc. Ainda muito cedo, por volta dos meus cinco anos de idade, meus pais migraram para a Capital Federal em busca de melhores condições de vida, onde residimos por dois anos. De volta à nossa terra natal fui matriculado em uma escola filantrópica mantida por uma igreja pentecostal, a qual não me recordo o nome, onde conclui a minha alfabetização.

Desde cedo sempre fui dedicado aos estudos, apesar de todas as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas por meus pais, eles sempre nos deram condições de frequentar a escola, pois a viam como o único meio capaz de vencer a pobreza. Em 1988 fui matriculado em uma escola pública da rede estadual do Ceará, a “Coronel Manoel Francisco de Aguiar”, onde cursei do 1º ao 4º ano do antigo “primeiro grau”. Nesta época a educação não era tão valorizada como hoje, os professores na maioria das vezes não detinham o conhecimento necessário o que dificultava o aprendizado, isso sem falar nas sucessivas trocas desses profissionais e na precariedade do prédio onde a escola funcionava, apesar disso, tenho boas recordações deste lugar, sendo

que até hoje guardo laços de amizades com antigos colegas de classe. Na etapa seguinte, de 1992 até 1995, conclui o antigo “primeiro grau”, hoje ensino fundamental, do 5º ao 8º ano em uma escola pública da rede estadual do Ceará, a “Monsenhor Aguiar”. Nesta época tive contato com alguns professores que marcaram profundamente a minha personalidade, assim como a anterior, era constante a troca de professores e em suma, poucos tinham curso superior e específico para cada disciplina. Recordo-me por exemplo de um professor que lecionava duas disciplinas distintas, Língua Portuguesa e Educação Física, ele não tinha domínio dos conteúdos ministrados, principalmente em Língua Portuguesa, pois até para nós alunos, eram visíveis os erros ortográficos deste professor quando escrevia alguma palavra ou frase no quadro negro. As aulas de Educação Física exigiam muito esforço físico, pois consistiam somente em dar voltas ao redor da escola e em outros dias, jogos de futebol. A metodologia abordada não era empolgante e isto acabou por influenciar negativamente no meu aprendizado, devido ao cansaço físico decorrente das atividades resultando em déficit de atenção nas aulas subsequentes.

Recordo-me que nesta época, devido as sucessivas crises financeiras comecei a trabalhar para ajudar nas despesas de casa, como engraxate em algumas ocasiões e vendedor de doces em outras. Geralmente trabalhava na parte da manhã para tirar melhor proveito do fluxo intenso de pessoas na rua. O dinheiro que ganhava com as atividades uma parte era destinado para as minhas despesas pessoais e o restante dava à minha mãe, que não trabalhava e necessitava para complementar a renda doméstica. Apesar de hoje ser considerado uma forma de trabalho infantil, nunca me senti explorado por minha mãe ou meu pai, pois sabia das dificuldades financeiras de ambos e encontrava nessas tarefas o meio de suprir as minhas necessidades básicas na época.

Mesmo trabalhando desde cedo, nunca deixei de estudar, estudava à tarde e sempre fui um dos melhores de minha turma, nunca repeti a série e nem fiquei de recuperação em nenhuma disciplina, nem mesmo a de Língua Portuguesa, a que eu tinha mais dificuldade em desenvolver as habilidades necessárias para minha formação.

No período entre 1996 e 1998 findei meus estudos secundários em uma escola da rede pública do estado, a “Tancredo Nunes de Meneses”. Recordo-me nesta época das dificuldades que passei como aluno, pois a escola era pequena e não dispunha de infraestrutura suficiente para atender à demanda de matrículas da época. Era a

única escola em Tianguá a oferecer o ensino médio e foi aí que comecei a refletir sobre o papel do Estado em garantir o acesso à educação aos mais pobres. Na tentativa de resolver o problema estrutural da escola, a diretora na ocasião lançou uma campanha envolvendo toda a comunidade escolar para construir salas de aulas suficientes para suprir a demanda crescente de alunos que só aumentava e com isso, oferecer um pouco de conforto aos educandos.

Foi nesta época também que tive contato com alguns movimentos sociais, durante os três anos em que convivi nesta escola, fui parte integrante do grêmio estudantil, além de ter sido líder e membro da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Foi um momento de intensa efervescência tanto na política como na cultura, que com certeza, nortearam a minha formação. Entre os acontecimentos que me recordo tem o terrível massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra, em Eldorado dos Carajás, numa desastrosa ação da Polícia Militar do Pará, em 1996, ainda no mesmo ano, teve a misteriosa morte de Paulo Cesar Farias (PC Farias), a morte do líder da banda de música Legião Urbana, Renato Russo, a queda do avião que matou o grupo musical de sucesso da época, Mamonas Assassinas. Houve ainda a queda de um avião da TAM na cidade de São Paulo, o movimento fora “FHC e o FMI”, a divertida história do ET de Varginha em Minas Gerais, sem falar na visita do astro internacional Michael Jackson ao Brasil na favela Santa Marta n Rio de Janeiro e no Pelourinho, em Salvador.

Em 1997 lembro-me da morte trágica da princesa Daiana, a notícia do nascimento da ovelha Dolly, primeiro mamífero clonado no mundo e que causou uma revolução na época, o assassinato covarde e cruel do índio Pataxó que foi queimado vivo em Brasília por estudantes de classe média. Neste mesmo ano o Brasil perdeu um de seus maiores sociólogos, o Herbert de Souza, o Betinho, cuja bandeira levantada por ele era erradicar a fome no país, tivemos ainda a morte da Madre Tereza de Calcutá e de outras personalidades ilustres como o professor Darcy Ribeiro, o educador Paulo Freire, o jornalista Paulo Francis e o músico Chico Science, um período de perdas para a educação e cultura brasileira.

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro presidente a ser reeleito no Brasil, em uma eleição que ficou marcada pelo uso da urna eletrônica. Houve ainda a queda do edifício Pálace II no Rio de Janeiro, um acontecimento muito noticiado pela mídia devido aos erros na construção do prédio. Neste período comecei

a ter gosto pelas causas sociais e ambientais, o apelo à participação era grande, pois havia ali o desejo de contribuir para uma sociedade melhor e mais justa, onde as diferenças não acentuassem tão profundamente as desigualdades sociais e onde prevalecesse a paz e a felicidade.

Ao concluir o ensino médio, senti a necessidade de cursar uma faculdade, e no ano de 1999 prestei, sem êxito, o meu primeiro vestibular para o curso de ciências da computação. Foram quatro vestibulares ao todo até conseguir a tão sonhada aprovação para o curso de Zootecnia, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral-Ceará, no ano de 2000.

Foi somente nesta época que tive uma noção clara de como a educação pública brasileira era deficitária, as dificuldades que surgiram durante a minha caminhada escolar como a falta e a troca constante de professores, escolas sem infraestrutura adequada e professores sem formação, tiveram uma forte influência para a minha reprovação em três vestibulares seguidos.

Cursei Zootecnia por três semestres e neste período percebi que não era a profissão que almejava, como morava a 90 km de distância da sede da Universidade, o tempo disponível para os estudos era pouco, sem mencionar as dificuldades de aprendizagem nas disciplinas específicas do curso, foi aí que tive a clareza que necessitava de uma mudança, algo capaz de despertar a paixão pelo estudo, pois andava desmotivado e quase desisti do sonho de concluir com êxito a faculdade.

Nesta época tive contato com alguns estudantes do curso de Licenciatura em Biologia, devido as disciplinas comuns entre os dois e pelas quais eu me identifiquei e sempre tirava boas notas, como na disciplina de Botânica, a qual tenho gosto pelo assunto. Foi neste momento que surgiu o interesse pelo curso e que ele satisfazia as minhas necessidades, após muitas reflexões senti que era a hora certa da mudança. Lembro-me que no final do primeiro semestre de 2002, a Pró-Reitoria de Graduação da universidade lançou edital para egressos e mudanças de cursos, foram destinadas somente duas vagas para o curso de biologia, realizei a prova necessária e obtive a aprovação para concluir a troca entre os cursos.

O curso de Biologia era estruturado em uma grade curricular distinta e diversificada. As disciplinas eram ministradas, geralmente, segundo um modelo pedagógico no qual eram dedicadas aulas teóricas e práticas, oportunidade em que cada docente responsável pela disciplina dissertava sobre determinados temas de interesse comum e apoiado em uma forte bibliografia básica e complementar. Durante

o curso participei de algumas experiências em pesquisa científica, que foram decisivas em minha formação.

Em 2005, finalmente coleí grau, sendo o primeiro de minha família a ter um diploma de nível superior. Meus pais sabiam da importância que representava para a minha pessoa, eles viam ali a oportunidade de melhores condições de vida, sem as muitas dificuldades que ambos tiveram em sua juventude e início de união conjugal. Agradeço aos dois, principalmente a minha mãe, pois foi através dela que tive a força e apoio necessário para seguir em frente durante minha jornada como estudante universitário.

Apesar de formado, não tive interesse imediato pelo exercício da docência, nesta época os salários oferecidos aos professores eram baixos, o que causava um certo desestímulo à profissão. Durante alguns anos trabalhei como autônomo, até que no ano de 2008 prestei um concurso público para o município de Tianguá/Ceará, no qual obtive a sétima colocação de um total de nove vagas para o cargo de Agente de Combate às Endemias, tomando posse em agosto de 2009. Ao iniciar o trabalho como servidor efetivo tive o primeiro contato com as diversas camadas sociais que formam a sociedade tianguaense, como ele compreendia em uma série de visitas domiciliares diárias, em busca de alertar e conscientizar a população a respeito das mazelas relacionadas a dengue, pude perceber o real tamanho das desigualdades sociais e econômicas que ocorrem no território tianguaense.

Com este trabalho tive contato também pela primeira vez com a extrema pobreza. Lembro-me de duas cenas que nunca esqueci ao fazer uma visita em um dos bairros mais pobres da cidade: na primeira, ao realizar a vistoria do imóvel no combate ao *Aedes aegypti*, deparei-me com uma situação de “cortar o coração e encher os olhos”, uma família na extrema pobreza e em condições totalmente insalubres, observei que a única fonte de água disponível na residência era um vasilhame que se encontrava no banheiro da casa, ali vi uma criança beber daquela água para saciar sua sede. Neste momento tive a noção do tamanho do abismo que separa as classes sociais e uma clara violação aos direitos humanos daquela família. Na segunda cena, ainda no mesmo bairro, observei uma senhora com seus 60 anos de idade ou mais, vasculhando o lixo à procura de alimento, frágil e debilitada pela vida dura e árdua, perceptível em seus traços faciais enrugados, aquela pobre mulher mal tinha o que comer. Essas duas cenas descreveram o que vivenciamos no curso,

a privação da cidadania daquelas famílias ocasionadas em suma, pela violação aos direitos humanos.

Em 2012, sete após concluído a graduação em biologia, tive a oportunidade de exercer a profissão a qual tinha escolhido, tornei-me professor temporário da rede estadual de ensino do Ceará, ministrando a disciplina de Biologia nas três séries do ensino médio. Foi aí em que comecei a crescer profissional e eticamente como ser humano. Com a profissão, tive o contato com diversas realidades presentes na comunidade escolar e pude perceber a importância do papel docente como agente transformador, apesar de todas as dificuldades pertinentes à profissão.

Foi nesta época em que a minha vida começou a transformar-se, novos sonhos foram surgindo, novas indagações e novos desafios mudaram a minha visão de mundo e da sociedade, através de novas oportunidades que a profissão docente podia proporcionar em minha vida. Neste período ainda acumulava o trabalho de Agente de Endemias com a jornada de professor e percebi que precisava de algo mais, pois a graduação não foi capaz de proporcionar, então surgiu a necessidade de cursar uma pós-graduação. Depois de tantas opções disponíveis, escolhi uma de minha área. Em 2013 iniciei o curso e em 2015 veio a colação de grau, agora como um especialista em Biodiversidade Vegetal.

Os conhecimentos adquiridos foram cruciais para minha formação. Mesmo assim sentia um vazio, pois minhas ambições pessoais não eram correspondidas de maneira que almejava. Devido ser professor temporário não tinha estabilidade no emprego e o cargo de Agente de Combate às Endemias já não satisfazia minhas metas profissionais. Neste período comecei a nutrir cada vez mais a paixão pela docência, sonhava em ser efetivo e garantir a estabilidade financeira. Os concursos públicos para a docência surgiam, mas não obtinha êxito em decorrência da deficiência que possuía em língua portuguesa, que pode ser explicado pelos anos de déficit no aprendizado desta disciplina, devido a uma educação deficitária que não foi capaz de proporcionar o conhecimento necessário exigidos pelos certames.

Depois de muita reflexão resolvi fazer uma segunda licenciatura, desta vez em Letras/Português na modalidade a distância. A escolha do curso foi crucial para a minha formação. O prazer ao retornar aos estudos foi tanto que, à medida que conclui o curso de letras, resolvi fazer uma complementação em pedagogia e graças a essas escolhas obtive êxito em três concursos consecutivos para professor e atualmente sou efetivo das redes municipais de Ibiapina/Ceará, desde agosto de 2016, e de

Tianguá/Ceará, desde maio de 2017, lecionando em ambas o 5º ano do fundamental, onde sou grato pela confiança em conceber à minha pessoa a responsabilidade e a missão em guiar um grupo de crianças e contribuir para que estes pequenos cidadãos se tornem pessoas de bem em uma sociedade cada vez mais selvagem.

No ano de 2016, durante o planejamento coletivo na escola em que trabalhava na época, em uma troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp tive a primeira informação sobre o curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ao analisar as informações que chegavam, uma em especial chamou minha atenção, era uma notícia sobre o processo seletivo para o referido curso, fiquei curioso e fui atrás de mais informações a respeito dele. De imediato tive acesso ao edital de abertura e após a leitura do documento resolvi submeter-me ao processo seletivo que consistia em uma análise do currículo lates, uma carta de intenção, um memorial e uma declaração de disponibilidade como forma de ingresso.

O interesse pelo curso foi imediato, pois a temática que seria abordada no transcorrer das atividades tinha algo fascinante, vi nele a oportunidade de aperfeiçoamento profissional e ao mesmo tempo obter conhecimento sobre a pobreza e sua intrínseca relação com a educação brasileira. Assim como constava no edital, ele foi pensado e destinado à formação continuada de profissionais que atuam na educação básica e/ou em políticas sociais e que possibilitaria a estes profissionais estabelecer relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza, podendo constituir uma valiosa ferramenta que possivelmente levaria a execução de tarefas visando a melhoria da qualidade do ensino público.

Sempre tive interesse em temas relacionados às causas sociais, como a pobreza e as desigualdades dentro de nossa sociedade. Na condição de pessoa humana sempre surgiam indagações de o porquê de tantas desigualdades em um país tão rico como o Brasil e o porquê de tanta criança fora da escola, foi aí que vi a importância do curso em responder a estas indagações e outras que poderiam surgir no decorrer da empreitada.

O curso possibilitava ainda estabelecer relações com a educação em determinados contextos empobrecidos com vistas ao desenvolvimento de práticas e políticas que fomentassem a transformação das condições de pobreza e de extrema pobreza na vida de crianças, adolescentes, jovens e demais minorias rejeitadas pela sociedade moralista a qual vivemos.

Confesso que a expectativa em relação ao curso era grande, pois o mesmo contribuía para uma formação capaz de fornecer elementos para tantos questionamentos que fazemos diante das realidades diferenciadas que se apresentam a nós através dos coletivos empobrecidos, em especial às crianças, os adolescentes e os jovens, e com isto, reconhecer que as mazelas existentes em nosso país não podem ser analisadas apenas do ponto de vista econômico, pois o indivíduo em sua condição humana, vai muito mais além da necessidade primária, a sobrevivência física.

Após o processo seletivo as expectativas em relação ao curso foram tomando conta do meu imaginário, principalmente com a divulgação da grade curricular, a mesma contemplava temas que abordavam a pobreza, a desigualdade e a educação, passando pelos direitos humanos e seu contexto dentro dos princípios de justiça e educação, a escola como espaço emancipatório ou reprodutor e difusor da resistência da pobreza e a complexa articulação entre currículo e pobreza, distribuídos dentro de uma carga horária de 448 horas.

Ofertado na modalidade à distância (EaD), através da plataforma Solar Virtual da Universidade Federal do Ceará (UFC), era outro ponto positivo do curso, pois proporcionava ao cursista a possibilidade de conciliá-lo com o trabalho e com isso estabelecer um parâmetro do que era abordado na teoria e confrontar com a realidade vivenciada na sala de aula e em toda a comunidade escolar, ou seja, conhecer de perto a relação entre pobreza e educação.

Para dar início as atividades do Curso, a aula inaugural ocorreu no centro de convivência da Universidade Federal do Ceará, espaço situado no campus do Pici próximo ao restaurante universitário e ao Instituto de Cultura e Arte (ICA), nos dias 13 e 14/05 de 2016. O objetivo da aula era apresentar aos cursistas o curso e a pesquisa que seria desenvolvida pelo mesmo em seu período de duração.

A aula se estendeu por dois dias, onde quatro conferências foram ministradas por especialistas de diversas áreas. A primeira teve como tema principal “Acesso e evasão escolar dos jovens de baixa renda: onde atuar?”. Seu objetivo era estabelecer um parâmetro sobre a evasão escolar e a complexa articulação entre pobreza e educação, através da análise de dados estáticos extraídos do Programa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) do IBGE. A segunda conferência tratou das “*Políticas Públicas e Participação Social*” ministrada pela professora Pós-Dra. Elza Braga da UFC e UNILAB que no seu transcorrer foi possível compreender o real papel do

estado, que é o de gerar o bem comum dentro do princípio da coletividade. A terceira tratou sobre o “*EPDS no Panorama Nacional*” o foco principal da palestra foi o Programa Bolsa Família e sua articulação com outros programas sociais. A quarta conferência “*Educação e Concretização dos direitos humanos: perspectivas*” ministrada pelo professor Adir Valdemar Garcia (Doutor em Sociologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação desta instituição) tratou de um tema delicado e ao mesmo intrigante, a negação e violação dos direitos humanos nos coletivos empobrecidos, traçando um parâmetro real sobre a realidade atual e as perspectivas futuras através do papel da educação em buscar garantir que estes coletivos tenham seus direitos respeitados não somente pelo estado, mas por toda a sociedade de um modo geral. Esta aula teve seu encerramento com a apresentação do projeto de pesquisa pelo professor Dr. Domingos Sávio da UFC, ela visava conhecer de perto a realidade de famílias pobres e sua relação com a educação.

No decorrer da apresentação dos módulos, as minhas concepções sobre pobreza e desigualdade social sofreram profundas mudanças, com os conhecimentos disponíveis na bibliografia recomendada e nas aulas disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Solar foi possível reconhecer todas as facetas da pobreza e como esta influencia a educação de nossas crianças, adolescentes e jovens. O módulo introdutório serviu de base para reconhecer que a pobreza é uma questão moral e cujo foco seja as relações entre ela e as desigualdades sociais e que a educação seja repensada de modo a reconhecê-las e, portanto, perceber que a pobreza persiste na sociedade e em todos os seus espaços.

Além de reconhecer a persistência do ciclo vicioso da pobreza, o módulo introdutório tornou possível evidenciar na sala de aula através dos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que a pobreza persiste devido a uma educação que não preza pela dignidade humana e sim pelo consumo desenfreado e decorrente do “capitalismo selvagem” atenuando o abismo entre pobres e ricos.

É neste sentido que a postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes, que desprovidos de recursos financeiros não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas para sua sobrevivência.

No Módulo I, foi possível compreender como a pobreza afeta a cidadania e como esta pode influenciar em sua erradicação, pois aos pobres são negados direitos básicos como saúde, moradia e educação, o que fere os princípios de dignidade humana previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, privando os pobres de exercerem sua democracia. Após muitas reflexões, cheguei à conclusão de que a escola, como instituição emancipadora, vem perdendo seu objetivo principal, formar um cidadão crítico capaz de refletir sobre a sua realidade e assim muda-la, entretanto, a escola vem direcionando atividades que visam somente resultados numéricos dentro de um padrão imposto pelos organismos internos, como o governo e a classe dominadora, e externos, como as organizações internacionais bancárias que visam o domínio dos empobrecidos em benefício próprio.

No módulo II, novas perspectivas surgiram e novamente alguns dogmas em que eu acreditava foram tornando-se obsoletos, conhecer a temática dos direitos humanos e a negação destes aos coletivos mais pobres da sociedade foram primordiais para aprimorar a minha prática pedagógica e com isto, modificar a maneira de lidar com os alunos oriundos dos coletivos empobrecidos. Para acolhê-los como parte integrante da sociedade, esses filhos e filhas empobrecidos, precisam ter a ciência dos direitos que possuem, assim como é preciso que a escola trabalhe junto com a comunidade para viabilizar e difundir o conhecimento inerente aos Direitos Humanos e assim garantir que estas crianças tenham vez e voz dentro da sociedade em que vivem e se relacionam.

Foi nos módulos III e IV que encontrei as repostas sobre a persistência do ciclo vicioso da pobreza e o quanto foi difícil reconhecer que a escola, como instituição capaz de combater a pobreza, é um espaço de persistência e reprodução desta mazela que assola a nossa sociedade. Hoje em virtude de tudo que vivenciei, vejo a escola simplesmente como um espaço destinado a repassar o conhecimento imposto pela classe opressora através de um currículo engessado e arcaico que não satisfaz as necessidades das milhões de crianças e jovens pobres.

Neste sentido, os conhecimentos e informações disponíveis no curso foram capaz de modificar o meu pensamento e com isto foi possível dialogar com outros setores de nossa sociedade refletindo sobre o verdadeiro papel da escola e do currículo na erradicação da pobreza e das desigualdades existentes e com isso, trazer para a minha prática de ensino o saber vivenciado por esses indivíduos de modo que possa desenvolver atividades pedagógicas voltadas para formação cidadã de nossas

crianças e jovens, visando única e exclusivamente quebrar com este ciclo segregador que é a pobreza.

De um modo geral, o curso foi proveitoso, com ele algumas de minhas visões a respeito dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram que ser repensadas, pois enquanto a pobreza persistir e a sociedade se fingir que não é culpada pela sua existência, esses programas são fundamentais para garantir o primeiro e mais primordial de todos os direitos de um cidadão, o direito à vida digna, pois sem este os demais não existiriam.

Como perspectivas futuras, espero contribuir para tornar a nossa sociedade mais justa, igualitária e fraterna, espero ajudar a democratizar a escola e o ensino público, independentemente da classe, etnia, opção sexual ou de crença, superando a pobreza de maneira que possa garantir a pessoa pobre, o direito ao trabalho, a educação, ao bem-estar, entre outros direitos irrenunciáveis e inegociáveis que a dignidade humana exige.

3 REFERENCIAL E CONCEITO TEÓRICO

Este capítulo será destinado a uma releitura dos referenciais e conceitos teóricos de pobreza e cidadania e sua relação com o exercício da democracia, através de uma reflexão da relação entre educação em direitos humanos com foco central no papel da escola e do currículo como ferramentas voltadas ao combate da condição de pobreza entre os coletivos empobrecidos que foram e são subjugados por uma sociedade perversa e conservadora que exclui os menos favorecidos em razão de suas condições socioeconômicas e que impetram barreiras externas e internas que contribuem para uma educação deficitária, o que faz com que os filhos e filhas desses contingentes populacionais apresentem baixo rendimento escolar, permitindo que o ciclo vicioso da pobreza se perpetue na sociedade brasileira. Para isso, será necessária uma análise crítica e reflexiva do referencial teórico abordado nos quatro módulos formativos do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), que no decorrer embasaram as aulas assim como possibilitaram a construção de conhecimentos pertinentes e relacionados às facetas e nuances da pobreza e sua relação com a educação.

Será necessário, portanto, uma análise das reflexões desenvolvidas sobre o debate relativo à pobreza e a cidadania que no Brasil, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas com a implantação de políticas públicas de combate a esta mazela, como o Programa Bolsa Família (PBF), voltou a se expandir, em decorrência da crise econômica agravada pela crise política que o país vem passando e levando um contingente substancial de indivíduos de volta à pobreza, através de um modelo de desenvolvimento voltado à concentração de renda e excludente, moldando historicamente através de uma educação que presa somente a formação técnica em detrimento da dignidade humana, ferindo desse modo, a cidadania desta parcela da população que sofre com a negação de seus direitos básicos de sobrevivência, configurando assim uma grave violação aos direitos humanos.

Sendo a escola a instituição capaz de garantir uma educação, que molde o cidadão de forma que esse possa conseguir voz perante uma sociedade conservadora, é preciso reconhecer que a escola a qual a conhecemos hoje, foi moldada através de um projeto mercantilista, sendo esta uma importante ferramenta de domínio das massas pela classe opressora, tornando-se neste sentido, uma

ferramenta de reprodução das desigualdades. Portanto, torna-se necessário uma análise crítica e reflexiva que permita conhecer melhor a cultura escolar e a sua relação com a pobreza através de uma abordagem dentro dos espaços escolares e como a escola, enquanto instituição emancipadora, contribui de forma direta ou indireta para persistência desta mazela nos contingentes empobrecidos.

Por fim, busca-se, nas reflexões de Arroyo (2010), o conceito pertinente que embasa as minhas concepções sobre a relação entre currículo e pobreza de forma que permita traçar uma abordagem analítica de como os conhecimentos produzidos pelos pobres possam ser incorporados juntos aos currículos escolares e romper com a visão de que somente o currículo presente nos livros didáticos sejam únicos e capazes de resolver os problemas pelos quais os pobres são submetidos em decorrência de suas condições socioeconômicas.

3.1 Cidadania e Democracia: uma intrínseca relação com a pobreza

Entender os conceitos de cidadania e democracia é preciso voltar no tempo e compreender primeiramente o processo de formação da sociedade brasileira, em que a pobreza é uma dura realidade que a acompanha, que a incomoda, que a assusta e sendo por vezes, taxada como sintoma de um país atrasado e subdesenvolvido, como é o caso do Brasil, que possui uma economia diversificada em patamares semelhantes à de vários outros países, mas que seus cidadãos são possuidores de melhores condições de vida em relação aos padrões brasileiros. Nesta conjuntura, segundo Souza e Pereira (2014), a pobreza apresenta inúmeras facetas de acordo com o contexto histórico, social e econômico, ela se apresenta na informalidade, na economia de subsistência, no desemprego, no subemprego, na fome e nas alternativas legais e ilegais de sobrevivência que roga o instinto humano, decorrentes de uma alta concentração de renda por uma pequena parcela da sociedade, e nas políticas públicas com serviços falhos e precários da educação à saúde e que não satisfazem os anseios da população, ferindo de forma sistemática a cidadania e a democracia dessas pessoas.

Antes de compreendermos a relação direta entre cidadania e democracia, é preciso compreender o que a pobreza é decorrente da desigualdade existente dentro da sociedade, segundo Silva (2010) existe um entendimento de que o sistema de produção capitalista, que foi moldado na expropriação e na exploração das classes

abastadas, ocasiona uma repartição injusta e desigual de renda entre as classes sociais sendo o responsável pelo processo excludente que é ao mesmo tempo gerador e reproduzidor da pobreza. Ainda de acordo com esta autora, a pobreza é considerada um fenômeno estrutural e complexo, cuja natureza apresenta inúmeras facetas e não pode ser considerada uma mera insuficiência de renda, para ela, a pobreza é ainda um viés que leva a desigualdade na distribuição das riquezas socialmente produzidas pela nação, é não o acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho, e sobretudo, a não participação social e política, trazendo sérias consequências para a cidadania e a democracia de pessoas que vivem em condição de pobreza. Assim, para entender como a pobreza se perpetua na sociedade é necessário compreender os conceitos de cidadania e democracia.

Conceituar cidadania e democracia é algo complexo, é preciso conhecer todo o contexto histórico-social envolvido. Para entender melhor, é necessário que se volte até a antiguidade grega para compreender o conceito de cidadania e relacioná-lo à democracia. Para os gregos, a prática da cidadania consistia em conhecer, entender e resolver as suas diferenças em público, levando-se em conta os interesses de toda a sociedade, conseqüentemente, a isto, praticava-se a democracia. A cidadania é uma prática que nos leva à luz das questões sociais que foram lançadas na sociedade através dos ideais de liberdade e igualdade oriundos dos processos da Independência dos Estados Unidos da América e o revolucionário francês que contribuíra para a inclusão de um maior número de indivíduos no *corpus* político das sociedades (Rezende Filho; Câmara Neto, 2001). Ainda de acordo com esses autores, os anseios da população economicamente menos favorecida ainda não estavam vinculados ao campo dos direitos sociais, ou seja, são privados de seus direitos aos quais os impedem de praticarem a democracia.

Cidadania é a prática dos direitos e deveres que cada indivíduo possui em um Estado de direito. Esses direitos e deveres devem sempre andar juntos, ou seja, o direito de um cidadão torna-se uma obrigação do outro. Se é uma prática, na teoria constitucional moderna, cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado, é aquele que participa de forma crítica e reflexiva na tomada das decisões de modo que possa beneficiar toda a sociedade, sendo que na atual conjuntura política brasileira, o cidadão comum cada vez mais vem perdendo voz e participação, deixando desse modo de praticar a democracia “do povo para o povo”, o que leva a uma reflexão, pois segundo o que consta na Constituição de 1988, cidadão é aquele

que, portador de direitos e deveres fixados, possui uma nacionalidade, são livres, iguais, sem distinção de sexo, crença e cor. Dentro de um sistema democrático, cidadão é aquele que tem voz, participa e faz valer seus direitos dentro do ordenamento jurídico. Em outras palavras cidadania é entendida como o acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e ainda significa o exercício pleno dos direitos e deveres previstos pela Constituição da República (Galvão, 2005).

Historicamente, a democracia a qual a se conhece hoje, tem suas origens na Grécia Antiga, em cidades como Espartas e Atenas, sendo essa última apontada por historiadores como o local onde ela se consolidou como uma forma de organização política das cidades-Estados gregas, as chamadas polis. Nesta perspectiva histórica, entende-se por democracia todo o regime de governo que emana “do povo para o povo”, onde o cidadão é quem deve tomar as decisões políticas e de poder, através de eleições, em que cada membro participante divulgue as suas ideias que visam a melhoria do bem comum, eleitos tornam-se representantes do povo, cabendo a eles tomarem decisões em nome daqueles que os elegeram.

Pinzani e Rêgo (2010, p. 9) afirmam que Cidadania e Democracia se entrelaçam como num cruzamento,

esse cruzamento entre cidadania e democracia tem uma longa história. Sobre essa relação, o pensamento político se debruça de modo permanente, na tentativa de capturar seus múltiplos sentidos e suas dimensões. Notemos, contudo, que o fato de a democracia ser um conceito que está em contínua disputa política torna complicada essa captura. Além disso, tal dificuldade ocorre porque o cidadão, como figura histórica e teórica, é filho da intensa luta social dos homens e das mulheres por liberdade e autonomia. Os conteúdos dessas lutas variaram e foram, muitas vezes, redefinidos e recriados em outra luta incessante da humanidade: a definição política e social dos direitos à liberdade e à autonomia. Assim, o campo dessa disputa se amplia ou se estreita tanto no âmbito da narrativa histórica quanto no plano normativo.

É nesta perspectiva que os postulados de Pinzani e Rêgo (2010) nos fazem refletir sobre a participação dos contingentes populacionais que vivem em situação de pobreza e são privados de exercerem sua democracia, segundo eles é necessário que o Estado apoie políticas de inclusão e articulação com a sociedade para garantir o direito dessas pessoas de participarem das decisões que definem seu destino, sendo elas mesmas, conhecedoras de todos os aspectos envolvidos na perpetuação da miséria ocasionada pela pobreza. Assim como diz Lakatos (1999), democracia é a

filosofia ou sistema social que sustenta o indivíduo, levando somente em consideração a dignidade da pessoa humana sem consideração às qualidades, posição, status, raça, religião, ideologia ou patrimônio, deve participar dos assuntos da comunidade e exercer nela a direção que proporcionalmente lhe corresponde. É neste ponto que entra a escola e a figura do professor em transformar a realidade do aluno, filho dos contingentes empobrecidos, mas para isso, é preciso repensar a qualidade do ensino e modificar a estrutura curricular para agregar todos os indivíduos dentro das práticas democráticas que exigem as sociedades modernas.

É neste contexto que a escola retome sua prática pedagógica para inserir uma educação voltada para a prática da cidadania e da democracia. Pois dentro do contexto educacional, a forma como cidadania e democracia é empregada, é preciso que sejam repensadas, adequando-as dentro de uma nova realidade, em que a prática pedagógica do professor quebre os paradigmas que relacionam o aluno como um ser incapaz de interagir de modo racional com a sociedade, sendo que no contrário, o aluno possui uma ampla rede de interação, seja ela no eixo familiar, educacional ou social. Portanto, precisamos entender e reconhecer que o aluno é um ser em transformação e conhecê-lo a partir de seu ponto de vista, de seu modo de vida, sua estrutura social e familiar, identificar e reconhecer seus problemas, privações e dificuldades que influenciam negativamente na sua aprendizagem.

Segundo Pinzani e Rêgo (2010), estas dificuldades privam os alunos de se tornarem cidadãos, interferindo na capacidade de se organizarem democraticamente de modo que não sejam ouvidos pela sociedade, impondo como consequência direta, a perda de sua cidadania. Ainda de acordo com estes autores, o processo educativo é o responsável por envolver os sujeitos a reconhecerem a importância um do outro, assim como enxergar as suas responsabilidades diante de um mundo desigual, fazendo com que tenham uma voz ativa e levando-os a desenvolverem as suas capacidades de modo que possam praticá-las no decorrer de suas vidas dentro de uma sociedade democrática de direito.

Vale ressaltar que a escola e o professor ao não reconhecer que o educando seja um cidadão capaz de interagir com a sociedade, é não o reconhecer como pessoa humana, é privá-lo dos conhecimentos pertinentes à sua formação, levando-o à perda futura de direitos assegurados pela Constituição, privando-o assim de sua cidadania, onde as consequências presumíveis são: abandono escolar, déficit de aprendizagem, refúgio no submundo do crime, empregos precários etc. Nesta conjuntura, a escola

deixa de exercer sua função, a de prepará-lo para a vida em sociedade, retirando-lhe o direito de participar da democracia.

Neste contexto, a principal violação de cidadania aos jovens brasileiros decorre quando o estado e a sociedade de um modo geral, falham em não garantir uma educação gratuita e de qualidade, ocasionado pela falta de políticas públicas de valorização e de capacitação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, como professores, coordenadores, gestores e demais profissionais, que não estão preparados para a nova realidade em sala de aula, como a violência, a perda de valores, como o amor ao próximo, a responsabilidade, a solidariedade etc., considerados cruciais para uma vida em harmonia dentro de uma sociedade democrática de direito, portanto, é preciso fazer com que o aluno reconheça e aceite que há coerência entre estes valores e que reflita sobre o seu papel dentro da escola e, sobretudo, dentro da sociedade.

Se é na escola o ambiente em que o aluno começa a praticar a democracia e a ter compreensão de seu papel como cidadão, qual o real papel desta instituição na formação de um cidadão? De que maneira ela pode influenciar na vida dos jovens, principalmente, aqueles oriundos dos coletivos empobrecidos? Responder a estas indagações não é tarefa fácil.

Outro fator preponderante relacionado à cidadania e sua violação como direito básico de qualquer cidadão, é a pobreza. Dadas as circunstâncias, ela afeta significativamente a vida de milhares de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar, privando-lhes de direitos básicos, como saúde, moradia e educação, comprometendo de forma estereotípica a aprendizagem destes indivíduos através de um conhecimento assimilado de forma inadequada, assim como outros fatores externos, a pobreza é apenas um dos que dificulta o acesso ao conhecimento adequado o que por consequência ocasione a perpetuação do ciclo vicioso e persistente desta mazela, conforme figura abaixo, que acompanha a sociedade brasileira desde os tempos de sua formação.

A figura 1 leva a refletir sobre o papel da educação na ruptura deste ciclo. É possível perceber que a falta de instrução faz com que o indivíduo pobre seja excluído, tanto na política quanto na vida em sociedade, onde não consegue voz ativa para fazer valer seus direitos, sendo, portanto, marginalizado e discriminado social e economicamente, pois sem conhecimento, que lhe foi privado, não se consegue um emprego digno capaz de satisfazer as suas necessidades e de sua família, o que, por

sua vez, faz por prevalecer o ciclo vicioso da pobreza. Mas para que o conhecimento chegue aos pobres é preciso discutir o currículo e seus conteúdos, assunto tratado mais adiante.

Figura 1 - Ciclo vicioso e exclusão



Fonte: Pinzani e Rêgo (2010, p. 08)

Por fim, conforme Galvão (2005), educar é um ato que visa à convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. A educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania. Ainda de acordo com esse autor, a educação para a cidadania pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação que seja capaz de compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população. A formação política, que tem no universo escolar um espaço privilegiado, deve propor caminhos para mudar as situações de opressão, e isso só será possível, através de uma educação voltada aos direitos humanos, como veremos a seguir, capaz de assegurar aos pobres o pleno exercício da cidadania e da democracia. Sem ela, na visão de Galvão (2005), não haverá democracia substancial se inexistir essa responsabilidade propiciada, sobretudo, pelo ambiente escolar.

3.2 Educação em Direitos Humanos

Com este subcapítulo, aborda-se o papel da educação em direitos humanos através de reflexões que busquem assegurar as liberdades fundamentais de qualquer

indivíduo, através do combate à discriminação e à miséria, em que ele possa participar da democracia e onde, como cidadão, possa usufruir com dignidade a sua vida de forma a potencializar o seu desenvolvimento humano dentro de uma sociedade justa e igualitária. Nesta perspectiva, busca-se dialogar com Mendonça (2010), através de referenciais abordados no decorrer do curso relacionados aos processos históricos que levaram às conquistas dos direitos do homem e do cidadão em consonância com uma educação que preze pela seguridade destes direitos perante os pobres, assim como todas as minorias que compõem a sociedade de um modo geral. Como vimos anteriormente, o pleno exercício da cidadania dar-se-á quando o indivíduo, possuidor de direitos e deveres, pratique a democracia participando ativamente da sociedade, o que torna necessária uma educação fortemente voltada para os direitos humanos e que o currículo escolar seja o instrumento através do qual os filhos e filhas provenientes das camadas empobrecidas tenham acesso a esse conhecimento pertinente à sua formação.

A construção de um conceito em direitos humanos para a sociedade deve ter como eixo fundamental a dignidade da condição da pessoa humana, visando seu desenvolvimento de forma integral em que possa exercer a sua cidadania através da criticidade, sendo um ser consciente de seus direitos e seus deveres no que se exige para participar de forma democrática da construção de uma sociedade mais justa. Neste contexto, a democracia poder ser vista como um fator de coesão avaliado a partir da capacidade que uma nação possui em atender às expectativas que os seus cidadãos têm por direito, através de suas necessidades de saúde, educação, alimentação, trabalho, entre outros, que satisfaçam de forma integral o desenvolvimento do povo em toda a sua condição humana.

Em uma sociedade democrática de direito, é preciso que seus cidadãos tenham em mente que a compreensão da conquista dos direitos humanos, envolve todo um processo histórico e social, levando-se em conta as lutas das classes abastadas contra a classe opressora, desde os tempos da Revolução Francesa, através da queda da Bastilha até os tempos atuais. Uma luta travada pela igualdade de direitos nos diferentes setores da sociedade em prol do coletivismo e dos direitos individuais e irrevogáveis. Em um contexto simples, direitos humanos são aqueles que pertencem ao sujeito pela sua condição humana, direitos, como o de constituir uma família, acesso ao emprego digno e com renda necessária, ingresso à escola, à saúde e à moradia, direito à liberdade, como à de expressão, ir e vir, expressar suas crenças, orientação sexual,

assim como o mais importante de todos os direitos, à vida, pois sem esse, os demais não existiriam. Todos estes direitos são fundamentais para uma vida digna e devem ser garantidos a todos os cidadãos que vivem em sociedade. Para os direitos humanos atingirem patamar de norma, foi necessário um processo histórico, político e social, inúmeras lutas e batalhas se travaram com o objetivo de retirar o homem da violência, da opressão, da miséria e da submissão.

Neste contexto, segundo Mendonça (2010), surge a Educação em Direitos Humanos, que é definida no Plano de Ação do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012), como um conjunto de atividades de educação, capacitação e difusão da informação, orientado para a criação de uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos, não somente proporciona conhecimentos sobre os mesmos e sobre os mecanismos para protegê-los, como também transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar esses direitos na vida cotidiana das pessoas. Esta educação visa, sobretudo, garantir que todo cidadão tenha seus direitos preservados dentro de um estado democrático de direito e que, cada cidadão seja capaz de fazer valer dos mecanismos necessários, como as instituições jurídicas, quando os vê ameaçados ou negados pelo Estado e a sociedade. Ela deve ocorrer em diferentes espaços educacionais, envolvendo diversos sujeitos e usando-se de diferentes meios para difundir o conhecimento necessário para que se alcance os objetivos propostos, o de assegurar que todo indivíduo humano tenha seus direitos respeitados.

A Educação em Direitos Humanos é peça fundamental para a construção e o desenvolvimento de uma democracia forte, sólida e igualitária entre todos os seus indivíduos de forma a contribuir para o bem maior, a garantia de que os direitos, acima citados, sejam preservados pelas instituições solidificadas dentro de uma democracia moldada a partir dos interesses de uma nação e voltada para o bem-estar de seus cidadãos. É neste contexto que vale salientar o impacto que a pobreza exerce na privação destes direitos, Arbour (2006) já enfatiza a importância dos direitos humanos junto aos pobres, em sua visão, a miséria e a exclusão estão ligadas intimamente à discriminação, que ocasiona um acesso desigual aos recursos disponíveis e às oportunidades, levando-os ao estigma social e cultural. A negação destes direitos torna mais difícil a participação desses contingentes populacionais junto ao mercado

de trabalho o que dificulta o acesso aos serviços básicos, como saúde, moradia e educação.

Ao privar um cidadão de seus direitos pelo simples fato de ele não ter tido o acesso ao conhecimento de forma adequada ou pelo fato de não seguir a cartilha do bom comportamento imposta pela sociedade, como é o caso dos LGBTs, clérigos de outras crenças, tribos ou outros similares, é o mesmo que denegrir e “jogar no lixo” a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e os direitos assegurados pela Constituição de 1988. Nesta perspectiva, a escola assume o papel de intermediadora, de modo que possa assegurar através da construção de uma base sólida que seja capaz de difundir entre seu público-alvo, crianças, jovens, adolescentes e demais minorias, o conhecimento necessário de modo a garantir que todos terão seus direitos preservados.

A Educação em Direitos Humanos, como afirma Mendonça (2010), nasceu com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi ganhando força na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993, onde as inclusões de temas relacionados aos direitos humanos deveriam ser inclusas nos programas educacionais, sobretudo nos currículos escolares, cabendo aos Estados assumirem tal tarefa. Outro ponto crucial na Educação em Direitos Humanos é que possui um caráter transformador capaz de modificar o indivíduo através do respeito ao próximo e da dignidade humana, provendo valores, como liberdade, justiça, igualdade, fraternidade, solidariedade e tolerância às diversidades sexuais, étnica, religiosa etc.

Falar em Educação em Direitos Humanos implica na necessidade de haver uma sintonia entre o discurso e a ação de todos os envolvidos neste processo, para que se possa desenvolver políticas capazes de difundí-las dentro das escolas. Vale ressaltar que toda a ação deve estar envolvida com a realidade, principalmente, aquela que circunda os contingentes empobrecidos e suas minorias. É preciso identificar as causas e os problemas envolvidos na violação dos direitos humanos nestas populações, procurando sempre no que for possível e de alcance de todos, modificar as atitudes e os valores através da solidariedade e do compromisso com a vida. Neste contexto, constrói-se uma escola edificada através de conhecimentos construídos pelos coletivos empobrecidos por meio de suas vivências diárias, capaz de modificar esta realidade. Sendo assim, uma escola que se assume como uma instituição cidadã deve se apresentar perante a sua comunidade através de projetos e ações voltados ao combate, não somente da pobreza, mas, sobretudo, do combate

às violações dos direitos humanos e às demais violações que são adversas à dignidade da pessoa humana. Para isso, é necessário que a escola dialogue e interaja com a comunidade, buscando os meios capazes de tornar, em realidade, aquilo que foi planejado.

É fato consumado que a Educação em Direitos Humanos é peça chave na formação de uma criança, pois é de direito desta receber uma educação de qualidade e igualitária, em que o conhecimento transmitido não seja aquele relacionado somente ao ensino das letras e dos números, mas uma educação que contemple a formação sociocultural edificada em valores, como solidariedade e fraternidade, que a leve a ter uma vida digna e que seja espelhada em uma visão holística e utópica, com base no pleno gozo destes valores de modo que todas as ferramentas envolvidas, no processo de ensino aprendizagem, conduzam, acima de tudo, o aprendizado dos direitos do homem e do cidadão.

Criado no ano de 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos é formado por diversos atores de instituições públicas e privadas, representantes de entidades civis e internacionais e que teve como principal objetivo, elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que visa desenvolver a Educação em Direitos Humanos como uma política pública com base em valores, relações, práticas sociais e institucionais, articulando-se com todo os setores da sociedade civil e que seja provida pelo Estado dentro do seu sistema público de ensino.

Em 2012, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a forma de ensinar direitos esta temática ganhou uma visão mais humana e mais participativa, pois o referido documento elenca como princípios básicos para que se tenha uma educação justa e igualitária, a prevalência da dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, a vivência, a globalidade e a sustentabilidade ambiental, que norteiam o trabalho docente e devem ser abordados através da transversalidade e disciplinaridade na sala de aula, de modo que promovam a formação plena, crítica e cultura de nossas crianças, adolescentes e jovens, além das minorias, como mulheres, idosos, LGBTs etc.

No âmbito educacional, temos em Paulo Freire, os primeiros fundamentos para a construção de uma educação voltada para a efetivação dos direitos humanos

fundamentada em sua causa, a libertação do oprimido, através de uma participação engajada e comprometida com um projeto de sociedade e de mundo que se contrapõe à ordem capitalista. Beto (1994), citando Paulo Freire, enfatiza que este teórico recomenda que uma educação em direitos humanos deva ser dialógica, adotando o educador posturas que levem à colaboração, união, organização, síntese cultural e reconstrução do conhecimento, ou seja, um conhecimento baseado na diversificação capaz de atender às necessidades do oprimido.

Nesta conjuntura, qual o papel da escola na formação de uma Educação em Direitos Humanos? Na sala de aula, qual o perfil adotado pelo professor na hora da construção do conhecimento? Antes de responder a estas indagações, é preciso voltar no tempo e analisar e refletir sobre as transformações e as sucessivas mudanças, que ocorreram na educação pública brasileira, assim como os modelos educacionais propostos de acordo com os interesses da classe dominante. Com a universalização do ensino, garantido pela constituição e regularizado pela LDB de 1996, a escola pública brasileira teve um aumento significativo de alunos oriundos de contingentes populacionais, que antes eram excluídos e privados de uma educação dentro do sistema público de ensino. Hoje, a escola é caracterizada com uma instituição inclusiva e altamente diversificada, o que acaba gerando uma gama de desafios para professores, gestores e coordenadores escolares em criar um ambiente capaz de receber estas diversidades, valorizando as diferenças e combatendo as desigualdades, pautada pelo respeito ao próximo através das relações e dos valores democráticos.

Dessas assertivas, pode-se concluir que a Educação em Direitos Humanos, tomada como eixo articulador do currículo, vai muito além de pincelar a aula tradicional com temas que lhe são correspondentes, como a reconstituir a história da conquista dos direitos humanos de forma a considerá-la um processo distante e insondável que a outros pertences. A noção de dignidade humana e da sua inapagável presença em todos os seres humanos deve-se constituir ideia fulcral da organização de todo o processo pedagógico. Trata-se não apenas de construir um processo em que a educação trate dos direitos humanos como tema. Também não basta que se organize um processo pedagógico da educação para os direitos humanos. Está em causa a necessidade de se implantar um processo de Educação em Direitos Humanos, de modo a propiciar, já no processo educativo, experiências em que seja possível vivenciar os direitos humanos e o respeito incondicional à dignidade humana e às suas diversidades (Mendonça, 2010 p.35).

Diante deste contexto e das mudanças, que ocorreram dentro do espaço escolar, a Educação em Direitos Humanos se configura como uma ferramenta indispensável na formação do homem, prevalecendo os valores que reconheçam a dignidade e as diversidades do homem. A Educação em Direitos Humanos, acima de tudo, deve ser pautada como um eixo sustentável, priorizando a formação integral, irrestrita e imparcial de nossas crianças, adolescentes e jovens por meio do acesso ao conhecimento pertinente aos direitos humanos, através de ações ancoradas a valores como solidariedade e igualdade.

Voltando para responder as questões acima levantadas, a escola assume um papel de conciliadora e difusora do conhecimento, quando se fala em acesso à informação pertinente aos direitos humanos, cabe a ela intervir para que seus alunos conheçam estes direitos e que saibam de sua existência, assim como conhecer todo o seu conteúdo, portanto, cabe a ela educar para os direitos humanos, criando meios e ferramentas pedagógicas necessárias para que os estudantes tenham acesso de forma irrestrita dentro dos princípios da igualdade e equidade. Ao professor, cabe o papel, num perfil de colaborador e mediador, de possibilitar que estes direitos cheguem aos seus alunos, de maneira que esses recebam estas informações e as transformem em orientações pautadas em valores éticos, que privilegiem a dignidade humana na condução de suas vidas.

Para Betto (1994), a educação em direitos humanos não é um tema específico, deve ser parte obrigatório do currículo escolar, devendo estar presente em todas as disciplinas escolares. Ainda segundo ele, a educação em direitos humanos deve humanizar, suscitar nos educandos capacidades de reflexão e de crítica, capacidade de acolher o próximo e encarar os problemas da vida. É preciso educar para os direitos humanos, pois somente assim é possível preparar o indivíduo para que possa participar de uma sociedade democrática mais justa, onde o cidadão tenha sua autonomia política respeitada e uma participação mais ativa e responsável, capaz de zelar pelos interesses de toda a comunidade, conforme foi ensinado por Mendonça (2010) em seus postulados e complementados pelas Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, em que, lá, consta que a educação é um elemento essencial para a formação do cidadão enquanto sujeito de direito.

Por fim, conforme Betto (1994), a educação em direitos humanos deve ser voltada para a justiça e paz e que no centro do processo pedagógico deve estar, como eixo, aqueles que mais têm direitos essenciais negados: os pobres e as vítimas da

injustiça social. Sendo assim, quando a negação aos direitos humanos ocorre no âmbito escolar impossibilita os pobres de exercerem sua cidadania e posteriormente a democracia, é neste contexto que a escola e o currículo escolar tornam-se ferramentas de reprodução da pobreza e das desigualdades, pois ocasiona aos pobres uma educação deficitária contribuindo para que as crianças, jovens e adolescentes pobres apresentem déficit de aprendizado o que acaba por perpetuar o ciclo vicioso da pobreza. Neste contexto, uma educação em direitos humanos é vista como o primeiro passo para romper este ciclo. “Nesta dimensão conflitiva do processo educativo deve ser encarado com parte mesma de uma pedagogia que não quer apenas conscientizar, mas tornar agentes transformadores, cidadãos empenhados na erradicação das injustiças e na construção de um mundo verdadeiro humano” (Betto, 1994).

3.3 A escola como ferramenta de reprodução das desigualdades

Neste tópico, busca-se relacionar o papel da escola e a sua relação com a sociedade, através da reprodução das desigualdades nela existentes, que em parte são decorrentes quando os pobres são expurgados da vida em sociedade e têm seus direitos básicos negados, cidadãos sem cidadania e excluídos da democracia. É notório na sociedade brasileira que as desigualdades ainda persistem e a cada dia levam milhões de pessoas a viverem em condições subumanas sem o mínimo de dignidade, privados de seus direitos básicos, sem voz ativa e participativa na sociedade em que vivem. Pessoas estas que têm sua cidadania ferida através de uma democracia que em nada privilegia os pobres. Neste contexto, busca-se nas reflexões de Leite (2010), as referências necessárias para endossar as reflexões adquiridas ao longo do curso, mostrando com clareza a relação da escola com a pobreza e como esta atua de modo que as desigualdades ainda persistam na sociedade e que o currículo por ela adotado e da forma que se encontra, estrutura é uma ferramenta de exclusão.

Desde os primórdios da humanidade o homem sentiu a necessidade de ensinar aos mais novos as técnicas necessárias de sobrevivência num mundo totalmente selvagem, era na vivência diária através de observações no cotidiano da comunidade em que viviam, cujo mais novos tinham suas habilidades desenvolvidas para uma vida adulta, assim se uma família vivia da caça, por exemplo, as crianças aprendiam com

os pais as técnicas necessárias para o ofício, e foi neste contexto que a escola foi edificada. Com as sucessivas mudanças que ocorreram na humanidade, a escola teve que se reinventar, adquirindo novas funções modificadas à medida que a sociedade evoluía.

Hoje, além da família, a escola é uma das instituições que serve para socializar o indivíduo, servindo como uma ponte entre o estudante e a sociedade, no entanto, ela encontra-se estruturada em um modelo de ensino engessado através de um currículo cujo conhecimento já vem pronto e acabado e que não privilegia o conhecimento produzido pelos pobres. Neste sentido, surgem diferentes concepções entre escola e sociedade. Numa delas, os educadores buscam socializar o conhecimento através de meios e ferramentas que atinjam todas as classes sociais, dos ricos aos mais pobres, buscando deste modo, garantir uma educação de qualidade a todos.

Vivencia-se uma realidade em que a educação, voltada aos mais pobres, não retrata a realidade vivida por eles, devido a falta de uma infraestrutura adequada e de um currículo diversificado e abrangente que seja capaz de inserir o pobre em todo o contexto escolar. Além disto, os constantes casos de violência associados às condições socioeconômicas das famílias pobres, o atual modelo escolar que deveria ser emancipatório, acaba por contribuir para as persistências das desigualdades na sociedade e nesta perspectiva, a educação é vista sem valor e sem importância por parte dos contingentes empobrecidos.

É preciso compreender o conceito de desigualdade, principalmente no Brasil, devido sua imensa diversidade cultural e regional. Uma desigualdade pode assim ser entendida como uma diferença de acesso que gera uma organização hierárquica separando a população de uma sociedade em classes de acordo com suas condições econômicas. Não se pode confundir desigualdade com diferença, é preciso reconhecer que a desigualdade é uma questão que remete a certas condições de vantagens e desvantagens em acessos a bens e serviços pela população. Já a diferença é compreendida como as diferenças de sexo, etnia, nacionalidade, faixa etária, regional, cultural etc. Quando estas diferenças assumem uma relação, que estabeleça certa desvantagem em relação a outros grupos, configura-se aí o que se conhece como desigualdades, sendo a econômica a mais difundida perante a sociedade.

Voltando ao contexto escolar, quando a escola perde seu papel primordial descrito anteriormente, ela priva os pobres de praticarem a democracia em razão de sua condição social, constitui-se aí, a perda de um direito assegurado pela constituição e uma grave violação aos direitos humanos. Tal consequência pode influenciar na perpetuação do ciclo vicioso da pobreza afetando não somente os empobrecidos, mas toda a sociedade. Nestas circunstâncias, tal condição pode exigir do Estado mais recursos para garantir a sobrevivência orgânica desses indivíduos. Nessa conjuntura, a perpetuação do ciclo vicioso da pobreza acaba por alargar o abismo entre as diversas classes sociais e por consequência, o aumento das desigualdades. Neste contexto, qual a relação da escola na reprodução das desigualdades? De que maneira ela pode contribuir para atenuar essas desvantagens?

Para responder as indagações acima, Bourdieu (2007 p. 41) já trazia uma reflexão sobre o espaço escolar e reprodução das desigualdades, segundo ele é por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o espaço escolar como um fator de mobilidade social, ou seja, a capacidade de o indivíduo mudar de uma classe social para outra, seguindo uma ideologia que a escola é “libertadora” quando é ao contrário “tudo tende a mostrar que ela é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois oferece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais”. Aqui vale ressaltar o quanto a escola persiste em doutrinar o currículo imposto pela classe opressora, currículo este que não favorece o indivíduo pobre, forçando a escola disseminar o saber pronto e universal tornando assim uma forte ferramenta de consolidação da pobreza.

Para compreender como a escola é vista como ferramenta de disseminação das desigualdades, Bourdier (2007) vê nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que a escolaridade é um fator que possui peso diferente em indivíduos de classes sociais diferentes. Como exemplo ele cita que um jovem de classe superior tem oitenta vezes mais chance de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais chance do que o filho de um operário.

Mas não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua de crianças desfavorecidas. Parece, com efeito, que a explicação sociológica pode esclarecer completamente as

diferenças de êxito que se atribuem, mais frequentemente, às diferenças de dons. A ação do privilégio cultural só é percebida, na maior parte das vezes, sob suas formas mais grosseiras, isto é, como recomendações ou relações, ajuda no trabalho escolar ou ensino suplementar, informação sobre o sistema de ensino e as perspectivas profissionais (Bourdier, 2007 p. 41).

Se pensar que a escola é o ambiente onde deveria ocorrer o progresso e o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos através de uma educação gratuita e de qualidade, depara-se numa instituição voltada única e exclusivamente em transmitir o saber tecnicista de modo a formar mão de obra qualificada para o mundo capitalista em detrimento da humanização e dignidade entre os indivíduos de nossa espécie. E qual a relação entre escola e pobreza? Responder a esta indagação tem sido uma tarefa árdua, pois requer muitas reflexões e a capacidade de reconhecer que a relação entre as duas é ambígua, ou seja, é preciso conhecer o conceito de pobreza e o verdadeiro papel e a função social da escola, como a instituição emancipadora capaz de romper com este ciclo vicioso.

O conceito de pobreza está longe de ser facilmente definido, trata-se de um fenômeno complexo, que precisa ser situado em um contexto socioeconômico. De forma genérica, pode ser entendido como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (Rocha, 2003, p. 09). Já a abordagem que busca definir pobreza pela renda se justifica pela inserção num mundo mercantilizado, cujo atendimento às necessidades se faz também através dos recursos monetários angariados pelos indivíduos através do trabalho. Assim, é estabelecido um valor relativo ao custo para o atendimento às necessidades básicas de uma pessoa (Pereira; Brandão, 2013). Essa relação entre a escola pública e a pobreza no Brasil nos anos de 1990 e virada do século XXI, em uma análise crítica e reflexiva das reformas educacionais no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Pereira e Brandão (2013) chegaram à conclusão de que “no Brasil, parte importante da desqualificação da escola está vinculada à sua utilização para finalidades não limitadas ao campo educacional escolar”. Dessa forma, considera que a política de educação ao entrelaçar-se com as demais políticas sociais não consegue realizar suas especificidades, formar cidadãos críticos capazes de modificar o ambiente em sua volta, apontando problemas e, ao mesmo tempo, propondo soluções que visem o bem de todos de modo a atenuar as desigualdades, pois a educação que recebem está voltada exclusivamente para o mercado de trabalho. Alinha-se a isto, a

precariedade e o despreparo dos professores, mesmo que enxerguem as desigualdades existentes entre os seus alunos, repassam somente aquilo que já vem previamente estabelecido nos livros didáticos.

Na obra *Pedagogia do Oprimido* de Freire (1968), o autor indaga sobre o papel da escola em um lugar de trabalho, de ensino e de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Nesta reflexão, Freire apresenta a escola como uma instância da sociedade, local onde ela se desenvolve, ativa e criticamente, onde valores, métodos e linguagens se intercalam e que servem para acolher as minorias socialmente desfavorecidas como: as culturais, as de gênero, sexualidade, de geração, entre outras desigualdades presentes em nossa sociedade, ou seja, é na escola o local ideal para o acolhimento, capaz de quebrar a barreira do opressor, aproximando-o do oprimido e enfrentando as desigualdades que persistem na sociedade.

Estes valores servem somente para alargar o abismo entre ricos e pobres, oprimido e opressor e, se ocorre na escola, essa perde a sua função, a de socializar o homem em sua plenitude. Leite (2010, p.16) afirma que quando a escola pública se torna desigual, acaba por reproduzir as desigualdades socioeconômicas e políticas na sociedade, levando, segundo ela, ao aniquilamento de muitas culturas através de um modelo de escolarização, que prioriza a formação mercantilista do aluno filho de pobre, através da imposição de uma cultura social e autoritária, emanada pela classe opressora. Se nada for feito para mudar esta realidade, que circunda as escolas brasileiras, ela continuará a colaborar para o aumento das desigualdades sociais levando o indivíduo a ficar cada vez mais dependente de seu dominador para garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência e de sua família dentro de um ciclo de pobreza e exclusão social.

Em consonância a isto, é preciso ter em mente as distorções sociais que enfrenta o Brasil, que, a cada dia, tornam-se mais agravantes, levando contingentes populacionais inteiros à vulnerabilidade social, principalmente os que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos e que sofrem com a violência, cada vez mais crescente entre os jovens e negros do sexo masculino, assim como a falta de moradias, saneamento básico, saúde, alimentação e educação de qualidade. É necessário ainda levar em consideração o tamanho de nosso território, que contribui por agravar as desigualdades devido às dificuldades de se implantar políticas públicas

eficientes e, conseqüentemente, provocando distorções na qualidade e oferta de um ensino público igualitário dentro do princípio da equidade.

Faz sentido, partindo do princípio que a escola é uma instituição social e emancipadora que carrega em seus muros a promessa da prosperidade relativa ao progresso gerado pela escolarização, que, por consequência, leve ao desenvolvimento do homem como pessoa humana, deve-se repensar a funcionalidade da escola para que esta receba todas as minorias de modo que possa assegurar a estas pessoas uma educação emancipadora e libertadora, pois, na conjuntura atual, são grupos discriminados e excluídos da escola, subjugados e marginalizados pela falta de instrução, porque, em algum momento da vida, tiveram que optar entre o estudo ou a sobrevivência.

Outro fator preponderante relacionado ao aumento galopante das desigualdades sociais vem do advento de um mundo, cada vez mais, capitalista onde se presa a produção excessiva de bens de consumo em detrimento do bem comum entre as pessoas, através da exploração da mão de obra do operário assalariado. Enguita (2001 *apud* Leite, 2010) traçou um parâmetro sobre o caminho trilhado pela escola que a torna coadjuvante na segregação dos indivíduos dentro da sociedade, segundo o autor, ela optou pela “imposição da cultura escolar – que nada mais é que a cultura dos grupos dominantes – sobre toda cultura popular, étnica, grupal”. A imposição dessa cultura advém sobretudo, através de uma educação tecnicista, cuja principal finalidade é formar mão de obra para serem exploradas pela classe opressora que se encontra no topo da pirâmide social. Neste contexto, de acordo com Leite (2010, p.16), a cultura do grupo dominante passa a ser transformada através da escola na cultura de todos os cidadãos de um país, segundo ela, esta cultura é vista como a “alta cultura” ou cultura ideal, em detrimento das demais culturas produzidas e vivenciadas pelas minorias.

Quando se reflete sobre as desigualdades sociais existentes no Brasil, a primeira coisa que vem na mente é a de que a educação é tida como a solução para atenuar ou diminuir tal situação. Partindo desta permissão, a educação brasileira vem tentando se ajustar a nova realidade, buscando inovações em práticas pedagógicas, que possam contribuir para atenuar ou mesmo erradicar as desigualdades que a população enfrenta e é nesta tendência que entra a escola, a instituição que, por definição, é o local onde estas práticas devem ocorrer para assegurar que os filhos e filhas dos coletivos empobrecidos tenham chance de mudar de vida com as mesmas

condições dos filhos e filhas da classe dominadora. É preciso reconhecer que as dificuldades são muitas, o ensino mesmo gratuito, não é igual para todos e isto se torna evidente, pois quanto mais se avança na educação, as desigualdades sociais tornam-se mais evidentes, tamanho a nossa diversidade cultural e regional.

Apesar de tudo o que ocorre, a escola ainda é vista como principal meio de se alcançar a ascensão social e diminuir as desigualdades, rompendo com o ciclo persistente da pobreza. Leite (2010) traça um parâmetro sobre o papel da escola pública na luta pelo combate às desigualdades, a autora afirma que ela deveria ser igual para todos, entretanto, acaba por dar continuidade, reproduzindo e reforçando as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade. E isso se deve em parte, conforme relata a autora, ao processo de escolarização que levou ao aniquilamento de várias culturas, como as culturas indígenas dos nativos americanos por exemplo, impondo a visão do homem branco europeu “com suas formas distintas maneiras de pensar e viver o mundo, trazendo, como consequência, um rastro de violência e autoritarismo cultural e social” (Leite, 2010 p.16).

É preciso que se tenha consciência que somente a escola não será suficiente para erradicar todas as desigualdades existentes, cabe a nós através de lutas, exigir políticas públicas mais democráticas que levem a construção de uma escola pública mais voltada à realidade e comprometida com a transformação social de seus cidadãos e que volte a desempenhar o seu real papel, a de aceitar todos os coletivos e seus movimentos onde a difusão do conhecimento se dê de forma igualitária, sem distinção de raça, sexo, cor, gênero, religião ou qualquer outro fator que leve à exclusão. Ao assumir essa condição, a escola deixa de ser um espaço de reprodução da pobreza e das desigualdades, se transformando num ambiente emancipatório para todos os coletivos e suas minorias que, na visão de Leite (2010, p.18) seja “uma escola que dê centralidade aos sujeitos; reconheça, acolha e valorize a diversidade; dialogue com a cidade e se comprometa com a transformação social”. Esse diálogo conforme fala a autora tem como eixo de partida o currículo escolar, peça chave no combate às desigualdade e a pobreza e capaz de trazer a escola para uma realidade onde o que ela reproduzir tem que estar em comum acordo com a sua clientela, para isso, o currículo precisa dialogar com a pobreza, como veremos a seguir, e traga em sua essência, o conhecimento necessário para libertar o pobre da classe dominante, tornando-o um cidadão disposto a lutar por uma democracia forte e solidificada dentro dos princípios de igualdade e equidade.

3.4 Currículo e pobreza: uma relação ambígua

Com este tópico debate-se a relação entre currículo e pobreza através das reflexões e dos referenciais de Arroyo (2010), que nos faz repensar o nosso modelo educacional por meio de uma reformulação curricular de modo que possa incluir todo conhecimento produzido pelas massas empobrecidas como forma de combate ao ciclo da pobreza e as desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira, tornando a escola uma espaço educativo que saiba receber esses coletivos através de uma educação baseada num modelo inclusivo que preze por uma aprendizagem que valorize a dignidade humana em primeiro lugar.

Como vivos no tópico anterior, as escolas parecem contribuir para a disseminação das desigualdades por apresentar aos alunos das classes menos favorecidas um determinado tipo de conhecimento, de acordo com Apple (2006) elas ensinam um currículo oculto que parece unicamente voltado à manutenção da hegemonia ideológica das classes mais poderosas da sociedade. Segundo Moreira (1997), o currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e os jovens com base em valores tidos como desejáveis impostos pela sociedade.

Vários são as concepções que se têm do currículo, algumas destas o abordam como um instrumento onde consta o que se deve ensinar e quais os conteúdos necessários a serem aprendidos pelos estudantes, noutras palavras, as experiências e as aprendizagens que devem ser vivenciadas pelos estudantes e as metodologias elaboradas pelos professores e seus respectivos planos pedagógicos, assim como os processos avaliativos e os procedimentos aplicados nos diferentes níveis de escolarização. Para Moreira (1997) o currículo é: (a) uma construção social, histórica e socialmente determinada; (b) se refere sempre a uma “prática” condicionadora do mesmo e de sua teorização; (c) ou conjunto de experiências se forem vividas pelo estudante sob orientação da escola. São estas concepções que podem interferir no processo escolar do educando através de diferentes pontos de vista. O que se pode afirmar a respeito disso é que as discussões curriculares envolvam os conhecimentos necessários que deverão ser ministrados nos sistemas de ensino e nas escolas

públicas, onde se encontram a parcela mais vulnerável da população deste país, crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres.

Neste contexto, Sacristán (2013 *apud* Arroyo, 2010) ao conceituar o currículo, afirma que este é parte inerente a todas as instituições escolares e seu desenvolvimento deve ser de inúmeras formas. Ainda segundo este mesmo autor, o currículo é tudo que acontece na escola e que nas palavras de Arroyo (2010), é o conteúdo cultural que a escola difunde e os efeitos que este provoca nos sujeitos envolvidos.

Neste caso, é preciso que haja uma nova reorganização do currículo. Com a universalização da educação básica no país que se deu através da promulgação da LDB/1996 se tornou necessária, porque com o surgimento da escolarização em massa, o conhecimento padronizado e previamente estabelecido pelos que detêm o poder engessou o ensino e os conteúdos ministrados nas escolas, o que não condiz com as diferentes regiões que formam o país. Afinal, a finalidade do currículo é assegurar ao aluno o conhecimento necessário para o desenvolvimento de sua cidadania para que possa participar de forma democrática da sociedade.

Como relatado anteriormente ao abordar a relação ente escola e desigualdade, em que a primeira é vista como uma ferramenta de reprodução da segunda, levando à exclusão os pobres e as minorias, surgiram novas indagações no que concerne à educação e que requerem respostas rápidas. Qual o currículo adequado a ser aplicado na educação básica? Qual a relação entre *pobreza* e *currículo*? O que torna o segundo, um instrumento atenuante do primeiro? Como a relação entre ambos pode influenciar no combate às desigualdades? Responder a estas e outras questões talvez seja a peça fundamental para que os coletivos empobrecidos busquem na escola o ambiente ideal para fugir de uma vida miserável imposta pela classe opressora desde os tempos do feudalismo até o mundo capitalista atual.

É preciso ainda que se tenha em mente que a escola por si só não resolverá o problema da pobreza, o que ocorre é que se deve, necessariamente, repensar o currículo escolar, adequando-o aos tempos modernos, reconhecer que a pobreza existe e que produz conhecimento e que este deve ser incorporado junto ao currículo, conforme a figura abaixo, de modo que o estudante conheça todas as facetas desta mazela e sua ínfima relação com as desigualdades.

Figura 2 – Incorporação dos conhecimentos produzidos pela pobreza ao currículo



Fonte: Arroyo (2010, p.25)

Quando se fala no currículo e sua relação com os conhecimentos produzidos pelos coletivos empobrecidos, é preciso ter em mente a riqueza cultural por eles produzidos, sejam na música, nas artes cênicas, na literatura ou noutras artes. Como o Brasil é um território de proporções continentais e possuidor de uma imensurável diversidade que se alinham de acordo com a região, é necessário reconhecer estes saberes sobre a produção da pobreza, como informa Arroyo (2010), “o direito aos conhecimentos acumulados sobre a produção da pobreza não é apenas dos coletivos empobrecidos, mas também de todo(a) cidadão(ã)”. Portanto, estes conhecimentos precisam ter seu reconhecimento junto aos currículos para que se possa superar a visão moralista de que se tem a respeito dos pobres em consonância de seu grau de pobreza e assim garantir que estes conhecimentos cheguem até a escola, mais precisamente na sala de aula, tornando-se em um direito de todo o cidadão que assim o deseja tê-lo. Ainda segundo o autor, é preciso que “as instituições educativas se reconheçam como espaços-tempos de garantia desse direito ao conhecimento” (sd.).

É perceptível que o atual modelo de currículo adotado no Brasil, que privilegia somente o saber pronto e universal determinado pela classe dominante visando somente a produção de trabalhadores qualificados para atender a seus interesses econômicos, encontra-se ultrapassado. Ele não seduz mais o jovem, principalmente aquele que vive nas periferias dos grandes centros urbanos. Neste contexto, observa-

se certo distanciamento ou mesmo a ausência da relação entre pobreza e currículo dentro dos sistemas de ensino, o que acaba por deixar de lado todo o conhecimento que permite ao cidadão discernir sobre os vários processos sociais, culturais, econômicos e políticos, além dos meios de produção entrelaçados com a reprodução e manutenção da pobreza. É nesta visão que surge a necessidade de se rever o currículo escolar brasileiro.

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os(as) alunos(as) para serem cidadãos(ãs) ativos(as) e críticos(as), membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. (Santomé, 1993 *apud* Araújo, 2016). Em divergência a esse pensamento, é preciso discutir e refletir sobre a forma de como a pobreza é pensada dentro dos currículos escolares, levando ainda em consideração as práticas pedagógicas e os materiais escolares, como o livro didático e toda a conjuntura a qual a escola encontra-se envolvida. Desta forma, pode-se avançar no caminho que leve à erradicação da pobreza, desmitificando a compreensão que hoje se tem do currículo, que nas palavras visionárias de Arroyo (2010, p.17), “os saberes ali contemplados são entendidos como a única forma de pensar válida, a única cultura nobre, a única racionalidade; se aprendidas, inexoravelmente levarão a humanidade ao progresso”.

Em um recente estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o GEM Report (2016), aponta que a escolarização é fator preponderante na erradicação da pobreza e das desigualdades. Na conjuntura econômica atual, em que os mais afetados são os mais pobres dentro das massas populacionais, a educação sofre violentamente com a falta de recursos, infraestrutura e ensino deficitário, formando barreiras que interferem no aprendizado de crianças e adolescentes pobres. Nestas condições, muitos dos jovens, mesmo possuidores do certificado do Ensino Médio, sofrem com o desemprego, cada vez mais, crescente na sociedade.

O modo de como os currículos, da Educação Básica à Superior são concebidos, advém da mecanização do ensino, em que a classe dominante tem em seu entendimento que o conhecimento, a cultura e a ciência, devido a sua complexidade e a sua significância, que os pobres não os compreendem, pois são sujeitos rudes e ignorantes e sem a necessidade de se apropriar daquilo que eles produzem dentro de seus padrões sociais. Arroyo (2010, p.17) nos diz que, “tem-se a

ideia de que os sujeitos em situação de pobreza estariam condicionados a ela por não se apropriarem desses saberes científicos supostamente emancipadores”, ameaçando deste modo, a relação entre opressor e oprimido, indo contra as vontades do primeiro.

Outro fator fundamental para que se tenha um currículo que dialogue com os coletivos empobrecidos é a reflexão profunda e sistêmica deste componente capaz de transformar todo o sistema educacional, ter em mente qual o tipo de cidadão que irá compor a sociedade daqui a quinze ou vinte anos com base nas escolhas de nosso presente, pois a partir daí, as pessoas passam a ser críticas com base em valores, sendo capazes de tornar a educação num ato político de transformação sistêmica de toda a sociedade. É no currículo, como instrumento de informação, que os coletivos empobrecidos terão acesso a uma educação gratuita e de qualidade para que possam dar o primeiro passo rumo ao rompimento do ciclo pernicioso da pobreza.

Neste cenário, o currículo deve prezar pela socialização de todo o conhecimento de forma que as barreiras externas e internas relacionadas ao déficit de aprendizado de crianças, adolescente e jovens pobres sejam rompidas e que estes tenham acesso ao saber emancipatório capaz de torna-lhes cidadãos críticos e participativos e que possam exercer sua cidadania por meio de uma participação mais democrática na sociedade.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE: A IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXTERNOS E INTERNOS, QUE AFETAM A APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ

Este projeto consiste em um plano de ação que deverá ser posto em prática na Escola de Ensino Fundamental Professora Assunção Pereira da Costa¹, no Bairro Córrego², da rede municipal de Tianguá³, Ceará, em uma turma do 5º ano do ensino fundamental com faixa etária média de 10 anos, assim como palestras e oficinas destinadas à comunidade escolar, em especial às famílias, cujos filhos apresentam baixo rendimento escolar.

A proposta principal deste plano de intervenção é buscar entender quais as dificuldades e as vulnerabilidades, decorrentes de fatores externos e internos que estas crianças enfrentam em seu cotidiano e que por consequência, tornam-se limitantes de sua aprendizagem. Para isso, será necessário realizar um trabalho voltado ao diagnóstico das possíveis causas relacionadas ao baixo rendimento escolar e após a análise dos dados propor atividades voltadas ao desenvolvimento das capacidades cognitivas desses estudantes com foco na melhoria da aprendizagem, permitindo que essas crianças e adolescentes possam construir sua cidadania com base nos princípios norteados pelos direitos humanos através de uma educação gratuita e de qualidade.

¹ A escola **Professora Assunção Pereira da Costa** pertence a rede municipal de ensino do município de Tianguá-CE, fica localizada no Bairro Córrego, entre os limites da zona urbana e zona rural, atende cerca de 300 crianças, sendo a maioria filhos de famílias carentes e dependentes do Programa Bolsa Família como complemento de renda.

² **Córrego** é um bairro periférico do município de Tianguá/CE, sua localização encontra-se às margens da BR 222, marcando o início da zona urbana do município. Nele reside cerca de 850 famílias, sendo a maioria assistida pelo Programa Bolsa Família. O bairro possui 1 posto de saúde, uma pré-escola e uma escola de ensino fundamental.

³ **Tianguá** é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se na microrregião da Ibiapaba, Mesorregião do Noroeste cearense. De acordo com o IBGE tem população estimada em 74.000 habitantes. O clima varia de tropical semiárido brando a tropical quente úmido com precipitação média anual de 1.522mm e chuvas de janeiro a maio. A vegetação é do tipo Carrasco e Floresta subperenifolia tropical pluvio-nebular. Sua divisão política é composta da sede e seis distritos: Pindoguaba, Caruataí, Arapá, Bela Vista e Itaguaruna. Os indicadores socioeconômicos do município apontam um IDH-M de 0,657 considerado médio, um PIB de R\$ 451.211,000 mil e um PIB per capita de R\$ 6.548,68 de acordo com o IBGE.

4.1 Contextualização

Apesar de todos os avanços decorrentes na educação básica do Brasil com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a universalização do ensino às camadas de poder aquisitivo mais baixo de nossa sociedade, o país vive uma situação de precariedade no ensino público, refletindo no baixo rendimento dos estudantes, principalmente os de baixa renda, o que nos remete as indagações que tenta explicar tal situação. É perceptível ainda que a falta de estrutura no ambiente escolar, a infrequência e a evasão escolar associada à violência presente na sala de aula e a falta de diálogo entre mestre e aprendiz, assim como a desestruturação de famílias, a violência doméstica e as condições precárias de vida as quais são submetidas crianças, adolescentes e jovens aliado às condições socioeconômicas destas famílias, faz com que a maioria de nossas crianças e jovens não tenham um rendimento escolar satisfatório e se nada mudar de forma a corrigir esta distorção, a pobreza nunca será vencida.

O censo escolar de 2016 apontou que a educação básica possui cerca de 48,8 milhões de crianças e jovens matriculados em 181,1 mil escolas em todo o território nacional, dos quais 80,8% estão em escolas públicas. O mesmo documento aponta ainda cerca de 3 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Outro estudo recentemente divulgado pela Fundação Abrinq (2017), comparou a situação da infância no Brasil com as metas assumidas pelo país nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo a pesquisa que tem como base dados do ano de 2015 no Brasil, cerca de 40% das crianças de até 14 anos vivem em situação de pobreza, sendo as regiões Norte (19,7%) e Nordeste (26,3%) com maior percentual nessa condição.

Sendo a pobreza um fator limitante, quais as consequências que ela impõe a estes estudantes? Que barreiras eles enfrentam de modo que limite o seu potencial cognitivo que, por sua vez reflete-se nos índices de aprendizagem? É o que este plano pretende responder.

Localizada numa área de risco no subúrbio da cidade de Tianguá-Ceará, a Escola Professora Assunção Pereira da Costa possui um público de crianças e adolescentes vulneráveis, pois estão sujeitos a violência e a exploração da mão de obra devido às condições socioeconômicas de suas famílias e que necessitam da intervenção do Estado através de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e

às desigualdades existentes no local e apoiado em um projeto educacional voltado para as dificuldades de aprendizagens, impostas em muitos dos casos, pela condição de pobreza que ronda os filhos e filhas destas famílias.

4.2 Justificativa

Apesar do seu vasto território e de toda a riqueza produzido, o Brasil é um país de contrastes sociais gritantes, a sociedade se caracteriza pelas desigualdades que afeta milhões de crianças e jovens das camadas mais pobres de nossa população. Quando se olha para a escola, a realidade é a mesma, a desigualdade existe e afeta principalmente as crianças menos favorecidas e que não se encontram na realidade de outras crianças. É perceptível que a condição de pobreza afeta o aprendizado das crianças, pois muitas carecem de uma alimentação adequada capaz de satisfazer as suas necessidades diárias que o corpo e a mente necessitam para se desenvolverem de forma saudável. É neste cenário que surge a criança com dificuldade em aprender aquilo que é ensinado na escola.

Para endossar tais afirmações acima, uma reportagem sobre a qualidade do ensino público no Brasil publicada recentemente pela Revista Época (2015), aponta que na última edição da Prova Brasil⁴, o principal indicador do IDEB⁵, ocorrida no ano de 2015, 65% dos alunos matriculados no 5º ano não sabem reconhecer figuras geométricas planas, como um quadrado ou triângulo. 60% não localizam informações explícitas em textos como contos de fadas ou reportagens. Entre os matriculados no 9º ano, etapa final do fundamental, 90% ainda não convertem medidas de grandezas como: metro (m) para centímetros (cm) e 88% não conseguem identificar a ideia central de uma crônica, por exemplo, o que comprova a deficiência da educação pública brasileira moldada em um currículo imposto pela elite dominante.

É nesta perspectiva que este plano almeja, através de um diagnóstico identificar entre os alunos e a comunidade escolar quais os entraves e as dificuldades que persistem e interferem na aprendizagem destas crianças e como a escola deve agir no intuito de propor medidas de melhorias, visando reforçar a qualidade do ensino

⁴ A **Prova Brasil** é aplicada a cada dois anos e é um dos parâmetros usados pelo governo para medir a qualidade do ensino brasileiro.

⁵ **IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, usado pelo governo como ferramenta de controle e qualidade do ensino no país.

de modo a recuperar os estudantes que se encontram com déficit de aprendizado durante o ano escolar. Para isto, este plano está em consonância com as ações desenvolvidas pela escola através de um conjunto de ações voltadas principalmente às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de modo a salvaguardar e proteger os interesses das crianças e adolescentes frequentadores da escola.

4.3 Objetivos

4.3.1 Objetivo Geral

Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, através da socialização do ensino através de um currículo diversificado de acordo com a demanda local de modo que possa contribuir para a melhoria no aprendizado de crianças e adolescentes.

4.3.2 Objetivos Específicos

- a) Melhorar a autoestima das crianças com dificuldades por meio de atividades lúdicas, construídas a partir da realidade do aluno, para que ele tenha vontade em aprender para que assim seja superado seu grau de deficiência;
- b) Desenvolver ações e projetos voltados à comunidade escolar em consonância com a melhoria da aprendizagem de crianças e jovens com baixo rendimento escolar;
- c) Disponibilizar ao público-alvo acompanhamento pedagógico especializado para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;

4.4 Atividades

- a) Para início do projeto, será realizado um levantamento do perfil socioeconômico da comunidade escolar visando identificar as barreiras externas que interferem negativamente na aprendizagem de crianças em idade escolar.

- b) O segundo passo será a aplicação de um diagnóstico para identificar o nível cognitivo e de aprendizado dos alunos do 5º ano do fundamental.
- c) Preparação do material didático e das atividades de intervenção a serem aplicadas aos alunos com baixo rendimento. As atividades serão voltadas as disciplinas de português e matemática. As demais disciplinas do currículo escolar as ações deverão contemplar aulas de canto, dança, teatro, visitas a museus, feiras de artesanato e visitas as áreas verdes da cidade visando uma integração homem/natureza.
- d) No contraturno será oferecido acompanhamento pedagógico especializado para os alunos com dificuldades em Português e Matemática, com 10 horas semanais.
- e) Em dias alternados e sempre que houver necessidade oferecer atividades e competições esportivas voltadas ao trabalho em equipe.

4.5 Metodologia

O projeto terá como ponto de partida a sua apresentação a toda comunidade escolar através de uma palestra cuja finalidade é informar sobre o desempenho escolar dos alunos e os entraves envolvidos para os que apresentaram déficit de aprendizado. O passo seguinte consiste em diagnosticar os educandos com baixo rendimento escolar, principalmente na escrita, leitura e compreensão de textos em seus diversos gêneros. Em seguida, encaminhá-lo para acompanhamento pedagógico diferenciado de acordo com as necessidades de cada um.

No decorrer deste plano os alunos terão atividades extraclasse no contraturno voltadas a formação social através de ações que envolvam esportes, cultura e lazer.

Para a efetivação e avaliação dos rendimentos obtidos ao longo do plano os alunos serão estimulados a produzir tarefas escolares, demonstrando os conhecimentos adquiridos por meio de desenhos, pinturas, peças teatrais, músicas, paródias, contos, poesias de cordel e histórias em quadrinhos etc.

Todos os trabalhos produzidos são compartilhados com a comunidade escolar e a sociedade em geral por meio de eventos promovidos na escola.

Para a efetivação deste plano para que alcance os resultados esperados, sua duração será em consonância com o calendário eletivo da escola.

4.6 Resultados Esperados

- a) Diminuir a infreqüência e, conseqüentemente, a evasão escolar dos alunos com baixo rendimento escolar;
- b) Melhorias no rendimento escolar do aluno através de uma participação maior da família na vida escolar dele;
- c) Melhorias na proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

4.7 Avaliação

A avaliação será mediante a premiação das melhores atividades realizadas pelos alunos e a apresentação de uma peça teatral para toda a comunidade escolar ao final do plano.

4.8 Cronograma

Quadro 1 – Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas na contemplação do plano

MÊS	ATIVIDADE REALIZADA			
	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA
01 – Início do ano letivo escolar	Apresentação do projeto à comunidade	Diagnóstico de avaliação de aprendizagem (leitura e escrita) em língua portuguesa.	Diagnóstico de avaliação de aprendizagem (leitura e escrita) em matemática.	Formação dos grupos de acompanhamento pedagógico.
02, 04, 05, 06, 07 ⁶ , 08, 09, 10.	Acompanhamento pedagógico no contraturno e ações socioculturais educativas.			
11	Divulgação dos resultados alcançados			

Fonte: Elaborado pelo autor

⁶ Período de férias escolares as atividades da escola são suspensas, retornando no mês seguinte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se conhece, o Brasil ainda é um país, cuja teia das desigualdades e exclusões sociais estão moldadas por um mercado que afeta diretamente os desfavorecidos economicamente, sejam homens, mulheres, adultos, jovens e crianças, assim como os grupos LGBTs, os indígenas, entre outros, que vivem numa lógica, em que a privação de direitos básicos de sobrevivência como moradia, saúde, alimentação e educação se articulam com os estigmas relacionados ao sexo, idade, cor, etnias etc, favorecendo as diferenças discriminatórias por parte daqueles que dominam a sociedade, através de seus meios de produção, exercendo, sobre estes grupos, um poder de controle absoluto, resultando assim na perpetuação do ciclo da pobreza em todas as suas vertentes, em que a consequência mais visível é a perda de sua cidadania e, conseqüentemente, a capacidade de participarem de forma direta na democracia.

Nesse período de aprendizagem, muitos foram os desafios e barreiras que foram vencidos, pois a temática de um curso na modalidade Educação a Distância requer do estudante horas de estudo, dedicação, leituras e compromisso para que todos os objetivos almejados, no início desta jornada, tivessem êxito. Neste longo percurso, várias foram as contribuições que o curso de Especialização em Pobreza, Educação e Desigualdade Social me possibilitaram, principalmente, a quebra das visões moralistas e estereotipadas que permeavam meu pensamento a respeito das condições de pobreza e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, antes visto por mim simplesmente como ferramenta de alienação política e de uso eleitoral.

Hoje, graças as reflexões obtidas após a disponibilização e leitura de artigos, material bibliográfico e módulos, percebe-se que estes programas, em muitos dos casos, é a única fonte de renda de famílias inteiras para prover o seu sustento orgânico, que, por anos, foram e continuam sendo marginalizadas pela sociedade. A elas, foram negadas e privadas de seus direitos por uma sociedade conservadora e moralista, sendo, portanto, uma obrigação cívica do Estado em garantir a dignidade a esses brasileiros, que continuam sendo perseguidos, quando o mesmo, que, em tese, deveria garantir o acesso aos direitos básicos que cada cidadão tem por direito

constitucional, oferece uma gama de serviços ineficientes, como saúde e educação debilitadas pelos anos de corrupção que assolam a sociedade brasileira.

Durantes os meses de estudo, foi possível ainda refletir sobre o papel da escola e a sua relação com os currículos escolares, mesmo tendo se passado mais de 500 anos da redescoberta destas terras pelos aventureiros e pelos conquistadores portugueses e todas as mudanças provocadas pelas revoluções francesa, industrial e tecnológica, ainda existe uma educação deficitária, cujo sistema exclui os filhos dos coletivos empobrecidos e todas as minorias existentes. Tal deficiência pode ser facilmente compreendida, visto que o currículo é ferramenta crucial para que se tenha uma educação emancipadora, encontra-se baseado em um conhecimento que visa somente a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e é imposto por aqueles que se encontram no topo da hierarquia social, exercendo um forte controle sobre estes coletivos.

É preciso rever toda essa conjuntura através da reformulação de todo o sistema de ensino público, tornando-o inclusivo e que permita que crianças, adolescentes, jovens e suas minorias tenham acesso a uma educação condizente com a dignidade que norteia os princípios de igualdade e equidade dentro de uma sociedade democrática de direito. Para isto, é necessário reformular todo o currículo escolar de modo que o conhecimento, gerado pela pobreza, seja incluso em um novo modelo, que seja capaz de dialogar com toda a sociedade e permita a liberdade de pensamento, através da criticidade e que os filhos e as filhas dos pobres enxerguem a pobreza e as desigualdades que delas são sobreviventes, não como uma condição meramente econômica, mas que as vejam como um mal que é possível de ser erradicado, quando se tem uma educação, que contemple toda a formação do homem e que seja capaz entender e modificar a realidade, através de lutas pelos seus direitos e que lhes são negados por aqueles que estão com o poder nas mãos.

Outro aspecto relevante abordado neste trabalho nos remete ao papel da escola na educação em direitos humanos, de modo que se trabalhe no aluno a consciência de que este é possuidor de direitos assegurados pela carta magna de 1988. Mas, para que isto se torne possível, é necessário incorporar a prática dos direitos humanos ao âmbito dos sistemas educação, fazendo parte integrante do currículo escolar, para que os filhos e as filhas dos coletivos empobrecidos tenham acesso a este conhecimento indispensável e indissociável para a sua formação. Sendo assim, a escola e cada um de seus agentes não podem calar-se diante de seu

verdadeiro papel, o de formar indivíduos através de princípios e valores éticos e morais, que, igualmente, estão ligados aos direitos humanos, pois, na vivência de suas ações, transmitem mais do que os conteúdos do currículo estabelecidos pelos sistemas de ensino, imprimem exemplos e conduta, que norteiam a vida de milhares de crianças e jovens vulneráveis aos males provocados pela pobreza e pela exclusão social.

Por fim, o curso EPDS possibilitou uma mudança e ruptura em uma visão equivocada que se possuía da pobreza e que, certamente, norteará o trabalho como docente de maneira que, antes de rotular o aluno como um ser incapaz, ignorante do saber, preguiçoso ou outro adjetivo depreciativo, possa-se estabelecer parâmetros e a questionar o que se passa no cotidiano de uma criança ou um jovem em dificuldades de aprendizado, assim, proporcionar mudanças na prática pedagógica de maneira a assegurar que todos tenham as mesmas condições de acesso ao conhecimento, sem distinção de sexo, cor, etnia, crença etc.

REFERÊNCIAS

ABRINQ, Fundação. *A Criança e o Adolescente nos ODS: Marco zero para os indicadores brasileiros ODS 1, 2, 3, e 5*. 1ª ed. São Paulo. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente 2017, 108 p.

APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. 3ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2006.

ARAÚJO, Fábio José de. Atividade 09: Portfólio Aula 02. Fundamentos da Pobreza e Currículo. Fortaleza: *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, 2016. 396 p.

ARBOUR, Louis. O Dia dos Direitos Humanos e a pobreza. **Folha de São Paulo**, Opinião. São Paulo, domingo, 10 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1012200608.htm>>, acesso em 26/06/2017

ARROYO, Miguel G. Módulo IV – Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. UFC-VIRTUAL, 2010. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4/capitulo1.html>. Acesso em 21/06/2017.

BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? *Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos*, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em < <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>, acesso em 26/06/2017.

BETTO, Frei. *Educação em Direitos Humanos*. Março de 1994. Disponível em: < http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2831/3/FPF_PTPF_01_0165.pdf >acesso em 18/11/2017.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos da Educação*. Org.: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, Vozes, Petrópolis, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. *LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais*, Brasília, 2013. 76p

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BYANYIMA, Winnie. “Um por cento mais rico vai possuir mais que o resto da população mundial até 2016, diz Oxfam” PAUL, Sandle. **Reuters**, Londres, 19 jan.

2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0KS16K20150119>>, acesso em: 12/09/2017.

CORRÊA, Marcello. Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>>, acesso em 12/09/2017. dez.2010.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo; ILLICH, Ivan. *Diálogo*. In: Seminario Invitación A Concientizar y Desescolarizar: Conversación permanente, Genebra, 1974. **Atas**. Buenos Aires, BúsquedaCeladec. 1975, 109 p.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Educação para a cidadania: o conhecimento como instrumento político de libertação. **Revista Educacional**, Curitiba, 12 maio 2005. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0050>, acesso 18/11/2017.

GUIMARÃES, Camila. O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado. **Época**. 05 jan. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>>, acesso em 28/09/2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: Síntese dos Indicadores 2015*. Rio de Janeiro 2016, 108p.

IBGE, Cidade. *Tianguá: Infográfico – Dados gerais do Município*. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2W9RZ>>, acesso em 18/11/2017.

INEP/MEC. *Censo Escolar da Educação Básica: Notas Estatísticas*. Brasília-DF. Fev. 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>, acesso em 28/09/2017.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III - Escola: Espaços e Tempo de Reprodução e Resistências da Pobreza. In: *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. UFC-VIRTUAL, 2010. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/capitulo1.html>>, acesso em: 21/06/2017.

MEC, *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. DF, 2013.

MENDES, Durmeval T. (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II - Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. UFC-VIRTUAL, 2010 Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2/capitulo-0-1.html>>. Acesso em 21/06/2017.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. *Currículo: questões atuais*. 14ª ed. Papirus Editora, Campinas, 1997.

PEREIRA, Rita de Cássia. BRANDÃO, André. Escola & Pobreza: que relação é essa? **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 20 a 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impassesedesafiosdaspoliticadedeeducacao/escola-e-pobreza-querelacaoessa.pdf>>, acesso em 27/08/2016.

PINZANI, Alessandro; RÊGO, Walquiria Leão. Módulo I – Pobreza e Cidadania. In: *Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. UFC-VIRTUAL, 2010. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/capitulo1.html>>, acesso em 21/06/2017.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A evolução do conceito de cidadania*. 2001. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT15032013164211.pdf>>, acesso em 18/11/2017.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: Afinal de Que Se Trata?* 1ª ed. FGV, Rio de Janeiro, 2003, 244p.

SILVA, maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./

SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos, PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. Pobreza e cidadania em tempos de neodesenvolvimentismo no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 308-326, jul-dez. /2014.

UNESCO. Como poderia o Currículo Contribuir Melhor Para a Luta Contra a Pobreza? **Revista “Information et Innovation en Éducation”** – Número 119-120 – abril - agosto 2005.

UNESCO. GEM Report. *Education for People and Planet: Creating sustainable futures for all*. Paris, 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245752e.pdf>>, acesso em: 10/10/2017.

Pobreza e Educação: Dificuldades de Aprendizagem em Alunos de uma Escola Pública da Periferia do
Município de Tianguá-Ceará

UNESCO. *Plano de Ação: Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos*
– Primeira Fase. Brasília, 2012.

O autor

FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO

Licenciado em Biologia (UVA), Letras/Português (UNIMES), Pedagogia (UNINTER), Geografia (UNINTER) e Química (UNIASSELVI). Especialista em Biodiversidade Vegetal (UVA), Educação Ambiental (UFC), Gestão Pedagógica na Escola Pública (UECE), Língua Portuguesa e Literatura (FAVENI), Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFC) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Mundo do Trabalho (UFPI). Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação (MUST UNIVERSITY/UNICID-SP) e Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

Professor efetivo de Biologia na Rede Estadual Cearense e Professor Polivalente na Rede Municipal de Tianguá-CE. Atualmente desenvolve pesquisa como pesquisador autônomo na área de Educação e Tecnologia.



ISBN 978-656009055-2



9 786560 090552